

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Dailza Fiuza Piccolli

**ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À
DESIGUALDADE SOCIAL**

Santa Maria, RS

2024

Dailza Fiuza Piccoli

**ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À
DESIGUALDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Odival Veiga Dockhorn

Santa Maria, RS

2024

Piccolli, Dailza Fiuza
Arquitetura Hostil em Santa Maria: do patrimônio
material à desigualdade social / Dailza Fiuza Piccolli.-
2024.
97 p.; 30 cm

Orientador: Gilvan Odival Veiga Dockhorn
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2024

1. Arquitetura hostil 2. Patrimônio material I. Veiga
Dockhorn, Gilvan Odival II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DAILZA FIUZA PICCOLLI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Dailza Fiuza Piccoli

**ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À
DESIGUALDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca do
Curso de Mestrado do Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Patrimônio Cultural.

Aprovada em 14 de maio de 2024:

Gilvan Odival Veiga Dockhorn, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Monica Elisa Dias Pons, Dra. (UFSM)

Clarissa de Oliveira Pereira, Dra. (UFN)

Santa Maria, RS

2024

*Porque nada trouxemos para o mundo,
nem coisa alguma podemos levar dele.*

(1Timóteo 6.7)

RESUMO

ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À DESIGUALDADE SOCIAL

AUTOR: Dailza Fiuza Piccolli

ORIENTADOR: Gilvan Odival Veiga Dockhorn

A Arquitetura Hostil enquanto prática social excludente é percebida cada vez mais nos espaços urbanos em diversas cidades e além de restringir o acesso e uso de determinados locais, interfere na relação entre cidadão e cidade, inclusive no viés turístico e patrimonial. Sendo assim, esse estudo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM na linha de pesquisa História e Patrimônio Cultural, busca analisar as manifestações de arquitetura hostil na Avenida Rio Branco em Santa Maria, associadas ao patrimônio material. Para isso foi utilizada metodologia que envolve pesquisa bibliográfica e de campo, uma vez que se classifica como exploratória-descritiva, de modo que os resultados mostram a identificação de quatro exemplos de arquitetura hostil em prédios históricos na Avenida Rio Branco. Para além disso, como forma de complementar o estudo, elaborou-se um Folder sobre o tema, como meio de tornar acessível e claro o conhecimento sobre a arquitetura hostil, esse material explica sucintamente o que é a arquitetura hostil e suas formas mais comuns de materialização, como também, mostra exemplos encontrados em alguns pontos da cidade de Santa Maria (RS).

Palavras-chave: Arquitetura Hostil. Patrimônio e Turismo. Santa Maria (RS)

ABSTRACT

HOSTILE ARCHITECTURE IN SANTA MARIA: FROM MATERIAL HERITAGE TO SOCIAL INEQUALITY

AUTHOR: Dailza Fiuza Piccolli
ADVISOR: Gilvan Odival Veiga Dockhorn

The Hostile Architecture as an excludent social practice is perceived increasingly on urban spaces in different cities and besides restricting the access and uses of specific places, it also affects the relationship between Citizen and City, including on the heritage and touristic aspect. Therefore, this study, developed on the environment of the Post Graduation in Cultural Heritage Program of UFSM in History and Cultural Heritage line of research, seeks to analyze the hostile Architecture manifestations on Avenida Rio Branco in Santa Maria, associated with material Heritage. For that, it was used a methodology that involves bibliographic and field researches, once that it is classified as exploratory-descriptive, in a way which its results show the identification of four examples of Hostile Architecture on historical Buildings on Avenida Rio Branco. Besides, as a way of complementing the study, it was elaborated a Folder about the topic, as a way of turning the knowledge about hostile Architecture clear and accessible, this material succinctly explains what hostile architecture is and its most common forms of materialization, as well as showing examples found in some parts of the city of Santa Maria (RS).

Key Words: Hostile Architecture. Heritage and Tourism. Santa Maria (RS)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Padre Júlio Lancellotti em ato de protesto contra a Arquitetura Hostil	14
Figura 2- mobiliário hostil	16
Figura 3- banco com design hostil.....	16
Figura 4- crítica à arquitetura hostil	24
Figura 5- crítica à arquitetura hostil	25
Figura 6- crítica à arquitetura hostil	26
Figura 7- Arquitetura hostil e possíveis desdobramentos.....	28
Figura 8- Arquitetura hostil em espaços abertos.....	29
Figura 9- Arquitetura hostil em prédio histórico	30
Figura 10- Arquitetura hostil em igreja	31
Figura 11- Arquitetura hostil em shopping.....	32
Figura 12- Grupo de turistas cidadãos em Porto Alegre (RS).....	49
Figura 13- Localização de Santa Maria (RS).....	51
Figura 14- Arquitetura hostil em loja de calçados	57
Figura 15- Arquitetura hostil em shopping.....	58
Figura 16- cercamento do prédio dos Correios	59
Figura 17- camelódromo na Av. Rio Branco na década de 80	60
Figura 18- Localização da Avenida Rio Branco	63
Figura 19- Arquitetura hostil no prédio da SUCV	65
Figura 20- Arquitetura hostil na Igreja Episcopal Brasileira.....	66
Figura 21- Igreja Episcopal Brasileira em 1914.....	67
Figura 22- Arquitetura Hostil na antiga Escola de Artes e Ofícios.....	68
Figura 23- Arquitetura hostil no prédio nº 683	69
Figura 24- pontos de Arquitetura hostil na Avenida Rio Branco	70
Figura 25- Folder sobre arquitetura hostil	72
Figura 26- Capa do folder	73
Figura 27- Quarta capa do folder	74
Figura 28- Parte textual do folder	75
Figura 29- Parte textual do folder	76
Figura 30- Parte ilustrativa do folder	78
Figura 31-Parte ilustrativa do folder	79
Figura 32- Parte ilustrativa do folder	80
Figura 33- Parte ilustrativa do folder	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ARQUITETURA HOSTIL E SEUS DESDOBRAMENTOS	12
2.1 Exemplos de arquitetura hostil no dia a dia.....	29
3 HOSTILIDADE ESTRUTURAL E A RELAÇÃO CIDADE X CIDADÃO	33
3.1 Cidade e patrimônio: a quem pertence?.....	37
3.2 Hospitalidade e espaço público.....	41
3.3 Turismo Cidadão	46
4 ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À DESIGUALDADE SOCIAL	50
4.1 A cidade cultura.....	50
4.2 Exemplos de hostilidade na cidade e a desigualdade social.....	56
5 A AVENIDA RIO BRANCO, SUA ARQUITETURA HOSTIL E SEUS REFLEXOS	61
5.1 Um pouco da história	61
5.2 Arquitetura hostil	64
6 PRODUTO: FOLDER SOBRE ARQUITETURA HOSTIL	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – PRODUTO: FOLDER SOBRE ARQUITETURA HOSTIL	88

1 INTRODUÇÃO

É cada dia mais comum percebermos em nossas cidades, diferentes elementos que se enquadram como arquitetura hostil, um modelo de arquitetura e também uma prática social envolta na ideia e no objetivo de tornar certos espaços urbanos, tanto públicos como privados, em inutilizáveis e/ou inacessíveis.

A adoção dessa prática se interliga desde questões relacionadas a invisibilidade que se busca dar a problemas sociais, à dificuldade ou a escolha de não querer ocupar o mesmo espaço que o outro, à necessidade quase que irracional de sentir-se seguro e afastado da violência, ao embelezamento de espaços turísticos através do afastamento de certos grupos sociais, entre outros. Culminando todas as motivações em uma única realidade, de cidades cada vez mais repletas de variadas formas de apresentação de hostilidade através da arquitetura.

Com isso, nos deparamos com centros urbanos geradores de conflitos entre os que possuem e os que não possuem direito à cidade, incluindo desde a simples livre circulação e uso dos espaços, até mesmo no que diz respeito à aproximação com os bens patrimoniais locais.

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado intitulada “Arquitetura Hostil em Santa Maria (RS): do Patrimônio Material à desigualdade social”, inserida na linha de pesquisa história e patrimônio cultural do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, justifica-se em razão da espontaneidade em se querer descobrir e falar mais sobre uma realidade pouco observada e questionada, uma vez que esse modelo de arquitetura é realidade em Santa Maria - RS assim como na maioria das cidades.

a. Desse modo o objetivo geral é mapear e analisar as manifestações de arquitetura hostil presentes na Avenida Rio Branco na cidade de Santa Maria-RS, associadas ao patrimônio material. Enquanto os objetivos específicos são a) mapear os exemplos de arquitetura hostil na Avenida Rio Branco; b) relacionar os exemplos de arquitetura hostil com as possibilidades turísticas e patrimoniais

da cidade; e c) desenvolver um material explicativo e expositivo sobre arquitetura hostil, dando exemplos da cidade de Santa Maria.

Com relação aos materiais e métodos empregados no desenvolvimento da pesquisa, do ponto de vista dos objetivos, a mesma se classifica como exploratória-descritiva, uma vez que o lado exploratório diz respeito à possibilidade de estudar e conhecer o tema sob diversos ângulos, investigando e adquirindo informações sobre o assunto e o aspecto descritivo se relaciona a forma como o pesquisador trata os dados, sem manipulá-los, apenas classificando, explicando e interpretando fatos que ocorrem (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Os passos metodológicos utilizados partem da premissa de construir primeiramente uma base teórica sobre o tema de pesquisa e seus desdobramentos, para posteriormente reunir dados e material necessário para compor o produto final, dessa forma, a abordagem da pesquisa é qualitativa, onde divide-se o trabalho em dois momentos essenciais, sendo o primeiro a construção de referencial teórico sobre: arquitetura hostil, suas definições, exemplos e aspectos aos quais se relaciona; ao que optamos chamar de hostilidade estrutural, que seriam os fatos e processos que sempre estiveram presentes no meio social e que trouxeram diversas nuances à relação cidade *versus* cidadão, e ao que se refere a história de Santa Maria - RS, focalizando em seus aspectos patrimoniais, sociais e turísticos.

A partir disso, o segundo momento da pesquisa está dedicado a localizar, identificar, registrar e analisar exemplares de arquitetura hostil presentes em uma área pré definida, que é a Avenida Rio Branco, justificando tal escolha em razão da importância desse trecho urbano no processo de desenvolvimento da cidade, de modo que a observação esteve delimitada a exemplos de arquitetura hostil presentes em patrimônios materiais.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados para execução dessas duas grandes e principais etapas, no primeiro momento a dedicação foi dada a pesquisa bibliográfica, foram encontrados alguns obstáculos no que diz respeito a abundância de materiais (artigos científicos, jornais, monografias,

teses, etc.), considerando a recente ascensão do tema arquitetura hostil no ambiente acadêmico, dessa forma, a pesquisa na internet relacionada ao tema foi de grande importância para construção do referencial teórico, principalmente em alguns sites onde foi possível encontrar reportagens, notícias e artigos jornalísticos.

Já na segunda etapa, escolheu-se utilizar a técnica de observação sistemática para fins de localizar e registrar exemplos de arquitetura hostil no trecho que compreende a Avenida Rio Branco considerando que essa técnica acontece de forma planejada e controlada para responder a propósitos já estabelecidos, (PRODANOV e FREITAS, 2013) nesse caso, o planejamento se deu na definição das áreas a serem percorridas e observadas, correspondendo nesse caso à Avenida Rio Branco.

Após isso, tem-se a elaboração do Folder sobre arquitetura hostil que arremata todo o processo de pesquisa e investigação. Para fins de explicação, esse material (folder) propõe comunicar de forma simples, clara e coerente do que se trata esse tipo de arquitetura e porque ele é hostil, além de oferecer exemplos explícitos do dia a dia cidadão, utilizando exemplos coletados na Avenida Rio Branco como também em outras partes da cidade.

Desta forma, propondo que se saiba da existência e presença dessa prática de hostilidade em nosso meio, não somente para fins de conscientização para com aqueles que são atingidos diretamente, mas também para se pensar sobre a relação de si com a cidade e os patrimônios e até que ponto a cidade e os espaços pertencem às pessoas.

Como produto da pesquisa e almejando também construir algo tangível e que reúna conteúdo relacionado ao tema de estudo, elaborou-se um folder sobre o tema arquitetura hostil. Com formato simples e linguagem acessível e descomplicada, esse material busca explicar de forma objetiva do que se trata a arquitetura hostil e como se dá sua materialização, além de expor exemplos reais presentes no cotidiano cidadão de Santa Maria - RS.

O texto se divide em partes fundamentais que nos auxiliam a compreender os vieses de existência da arquitetura hostil, de modo que no

segundo capítulo são abordadas definições do conceito e também estabelece ligações com outros temas e assuntos. Além disso, são trazidos exemplos reais das manifestações desse modelo de arquitetura bem como exemplos de críticas feitas à mesma.

No terceiro capítulo, fala-se na relação cidade versus cidadão buscando entender a inserção e presença de uma hostilidade estrutural, ou seja, em quais partes do processo de desenvolvimento das cidades foram surgindo oportunidades para a presença de práticas hostis. Além disso, discute-se também sobre a ideia de direito à cidade, a quem de fato ela (cidade) e seus patrimônios pertencem. Com isso abre-se caminho para abordar outros dois assuntos que são hospitalidade urbana e turismo cidadão. A hospitalidade enquanto prática que está sendo esquecida conforme cresce a presença de formas de hostilidade nos espaços urbanos e, o turismo cidadão como um possível porta de acesso para aproximar mais o morador de sua cidade, seus patrimônios e espaços.

Em seguida, o quarto capítulo trata sobre a cidade de Santa Maria, na qual se desenvolve a pesquisa. O texto fala sobre a história de formação da cidade, destacando a importância da ferrovia na construção de sua riqueza cultural e patrimonial e abordando características que a fazem ser reconhecida como cidade cultura. Ainda, são expostos exemplos de arquiteturas e ações hostis ocorridas na cidade, como também é discutido sobre a desigualdade social, mais especificamente com relação às pessoas em situação de rua.

No quinto capítulo, destina-se a falar mais concentradamente sobre a Avenida Rio Branco, que foi a área observada na pesquisa de campo para obtenção de exemplos de arquitetura hostil relacionadas ao patrimônio material, além de mostrar também os resultados dessa investigação. E por fim, o sexto e último capítulo trata sobre o produto elaborado após toda a pesquisa, que é o Folder sobre a arquitetura hostil, contendo detalhes do processo de criação, características, objetivos e conteúdo.

2 ARQUITETURA HOSTIL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Antes de iniciar qualquer discussão e aprofundamento no conceito próprio de arquitetura hostil, faremos uma breve contextualização para tentar compreender como o fenômeno se coloca como uma realidade que foi se construindo ao longo do processo de crescimento das cidades e das formas de organização da sociedade advindas disso. Pois bem, se nos colocamos a buscar entender sobre um determinado fenômeno inserido em nosso meio é preciso entender que os fatos não surgem do nada ou espontaneamente, tudo demanda processos de evolução, tanto para as coisas boas quanto para as ruins.

No sentido de enxergar a arquitetura hostil como uma prática presente em nosso cotidiano atual, é necessário pensarmos que ela se amarra em vários outros fatores e conceitos, ela não surge sozinha. Talvez o mais difícil nessa tentativa de conhecer a arquitetura hostil, seja perceber e admitir que a maioria de nós já a viu pela cidade sob várias formas, mas por ela ter conseguido se enraizar de forma tão conjunta com a estrutura do ambiente urbano, nosso olhar vacila e nossa atenção não se direciona a perceber detalhes que possivelmente são associados como parte natural e normal integrante do corpo da cidade.

Neste trabalho, queremos partir do entendimento da cidade como um corpo que comunica, uma forma de linguagem com signos e significações, (ALVARENGA *et al*, 2019), ou seja, concebendo a cidade e seus elementos como um grande conjunto de relações e não simplesmente como um aglomerado de pessoas, sim como uma grande trama de espaços e corpos, que acompanham um processo longo, histórico e infinito de desenvolvimento, atravessado por diversas influências e transformações. Dessa forma, não basta apontar que a arquitetura hostil é um modelo de arquitetura excludente presente nas cidades atuais e que modifica os espaços e as relações, é preciso ir mais a fundo do que isso, entender os vários olhares existentes sobre o assunto e buscar formular nosso próprio entendimento.

Assim, começamos por comentar sobre quando o termo “arquitetura hostil” foi explanado dessa forma. De acordo com Souza e Pereira (2018), quem o cunhou foi o repórter Ben Quinn, no jornal inglês The Guardian em 2014,

quando da publicação de uma matéria na qual discorria sobre um tipo de design presente na cidade de Londres, que objetivava a não utilização do mobiliário urbano por parte de moradores de rua e também skatistas. Ainda segundo os autores, a matéria de Quinn que criticava essa abordagem excludente, fez com que as pessoas começassem a reparar em seu meio alguns dos exemplos de arquitetura hostil apontados pelo repórter.

A partir disso, temos vários olhares possíveis para se aprofundar no conhecimento e discussão do conceito, uma vez que vários autores e de diversas áreas de estudo propõem uma visão sobre o assunto, entretanto, antes de mais nada é importante comentarmos sobre como a arquitetura hostil ganhou destaque no Brasil. Entendemos que o momento demarcador e que gerou uma grande repercussão ao tema, foi quando do ato de protesto realizado pelo Padre Júlio Lancelotti, em São Paulo no início do ano de 2021, onde simbolicamente, com uma marreta ele quebrou blocos de concreto que haviam sido fixados pela prefeitura sob um viaduto, com a intenção de afastar moradores de rua da região (G1 SÃO PAULO, 2021).

Figura 1- Padre Júlio Lancellotti em ato de protesto contra a Arquitetura Hostil



Fonte: (G1 SP, 2021).

Contudo, entendendo que este episódio representa apenas uma ascensão e notoriedade em torno do tema e não o início de sua existência enquanto realidade, precisamos conhecer quais as visões apontadas por diferentes autores com relação a arquitetura hostil, ressaltando que, muitos deles escreveram anteriormente ao ocorrido de 2021 com o P. Lancellotti e que utilizam expressões diversas para se referir a esse modelo de arquitetura, o que nos mostra que o assunto pode ser simples e complexo ao mesmo tempo, simples pois através de exemplos conseguimos identificar a arquitetura hostil ao nosso redor e, complexo pois a existência desses mecanismos de hostilidade envolve diversos aspectos.

De início, Cintra (2019) nos esclarece seu entendimento acerca das diversas formas de se referir a essa arquitetura. Para a autora, as expressões arquitetura do medo e arquitetura da violência “são mais direcionadas a elementos utilizados principalmente para evitar a ocorrência de crimes patrimoniais ou mesmo contra pessoas, como os muros altos e monitorados,

sobretudo em residências” (p.9), já a arquitetura antimendigo, como o próprio nome sugere, são aqueles elementos voltados a afastar pessoas em situação de rua de certos locais “ como barras metálicas instaladas embaixo de viadutos ou bancos estreitos e com divisórias que impedem a permanência de pessoas deitadas” (p.9). Sendo assim, a autora conclui que arquitetura hostil é mais abrangente que os demais termos.

De fato, se atentarmos a observar as formas de materialização desse modelo de arquitetura, independentemente de qual nomenclatura se utilize, é possível chegar ao consenso de que a hostilidade é a base de tais práticas, pois como poderemos compreender melhor no decorrer do trabalho, não há como as formas e elementos dessa arquitetura apresentarem algum sentimento ou percepção positiva, ao contrário, eles são uma hostilidade clara e escancarada.

A arquiteta e urbanista Patrícia Alonso de Andrade (2010) nos traz alguns exemplos de materialização do que ela chama de “arquitetura antimendigo”:

A arquitetura “antimendigo” assume desde versões mais disfarçadas - como bancos cujo design dificulta seu uso como catres, pisos irregulares, grades que cercam espaços vazios ou jardins, ferragens pontiagudas - até hostilizações escancaradas – esguichos de água suspensos em marquises para molhar calçadas durante a noite; jogos incômodos de luzes; superfícies tipo camas de pregos; planos inclinados e/ou com revestimentos assentados de forma a evitar o contato (ANDRADE, 2010, p.4).

A seguir, as figuras 2 e 3 retiradas do estudo de Soares e Santos (2017) que traz exemplos de mobiliário hostil na cidade de Belo Horizonte - MG, demonstram formas de materialização mais comuns dessa arquitetura pela cidade, respectivamente podemos observar uma estrutura metálica fixada sobre a mureta de um canteiro e um banco cujo design dificulta o uso.

Figura 2- mobiliário hostil



Fonte: (SOARES e SANTOS, 2017, p.6).

Figura 3- banco com design hostil



Fonte: (SOARES e SANTOS, 2017, p.22).

Podemos perceber que grande parte desses artefatos realmente fazem parte do nosso cotidiano e da paisagem urbana e que de fato, muitos deles não são percebidos como algo que possa ser hostil, em parte porque as pessoas acabam entendendo e aceitando tais dispositivos como parte natural da estrutura urbana, sem questionar.

Além disso, embora seja mais fácil compreender esse modelo de arquitetura através de exemplos concretos, de elementos físicos instalados, é importante saber que a hostilidade se apresenta também na ausência de certos elementos, isto é, uma praça pode apresentar arquitetura hostil se seus bancos possuírem divisórias ou um design desconfortável e incômodo, como também se não houver bancos no local. Dessa forma, esse modelo hostil de arquitetura objetiva controlar o uso dos espaços (FARIA, 2019), impondo restrições de acesso, permanência e utilização dos mesmos.

Complementar a isso, Melgaço (2010) fala das arquiteturas anti-indesejáveis:

Mais conhecidos como arquiteturas anti-mendigos, muitas vezes esses objetos são verdadeiras *arquiteturas anti-indesejáveis*, pois mesmo que utilizados para afugentar mendigos, têm também a função de espantar outros grupos sociais “malquistos” como usuários de drogas, vendedores ambulantes, prostitutas e bandos de jovens. (MELGAÇO, 2010, p.120).

Percebe-se que os efeitos dessa arquitetura recaem de maneira mais direta e agressiva sobre determinados grupos sociais, principalmente para aqueles a quem essa hostilidade foi deliberada, com o que, podemos assimilar que existe um senso comum de manter-se afastado de certos perfis e grupos e, como veremos mais adiante no decorrer das discussões, este pensamento/desejo está interligado a aversão aos minorizados¹, ao “outro”, que por hora tem relação também com a cultura do medo.

¹ Podemos entender por minorizados aqueles grupos que sofrem uma ação para serem assim, sendo que “menos privilegiado não é apenas uma condição inerente à sua existência, mas uma condição que é provocada, intencionalmente ou não, por outros atores, sejam eles pessoas, grupos ou a própria sociedade” (GEPP, 2022). Disponível em: <https://thinkworklab.com/artigos/diversidade-inclusao-de-quem-estamos-falando/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Cruz (2022) entende que essa arquitetura é uma forma de segregar indivíduos, impondo-os restrições ao uso público de espaços, sendo que a população em situação de rua é a parcela mais afetada por essas práticas uma vez que são afastados intencionalmente de determinados locais para que estes apresentem uma imagem embelezada. Além disso, a autora critica que uma das consequências da arquitetura hostil é o afastamento dos cidadãos de atividades costumeiras em espaços públicos, como sentar em uma praça por exemplo, de modo que espaços fechados e privados passam a ser mais valorizados para atividades de lazer.

Então a hostilidade pode se refletir através da arquitetura desde um simples e discreto arranjo de ferros sobre uma soleira de vitrine de loja ou até mesmo em construções mais elaboradas como os altos muros complementados por cercas elétricas, de modo que, seja em espaços públicos ou privados a intenção motivadora em ambos os casos é a de afastar quem não se quer por perto.

Como forma de demonstrar as raízes antigas das práticas hostis no ambiente urbano, Cruz (2022) comenta que em 1994, no Jornal Folha de São Paulo, uma matéria trazia exemplos de arquitetura hostil em São Paulo. Intitulada “Cidade cria arquitetura antimendigo”, a reportagem de Antonio Rocha Filho relata exemplos de técnicas hostis implementadas para coibir a presença de moradores de rua, como “Construir prédios sem marquises ou cercá-las com grades, passar óleo queimado na entrada da loja ou instalar chuveiro que molha o chão à noite são as inovações para afugentar moradores de rua” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994).

Isso nos demonstra que há muitos anos a arquitetura hostil já vem sendo empregada, embora a discussão sobre o assunto tenha ganhado enfoque recentemente. O que nos deixa pensativos, no entanto, é sobre como o uso dessa arquitetura é levado adiante como algo inofensivo, isto é, sem se considerar suas implicações.

Ainda nessa reportagem citada anteriormente, há um trecho da fala do administrador de um teatro no qual foram instalados canos sob as marquises

para esguichar água, segundo ele a técnica funcionou, "Havia uma aglomeração grande de indigentes após o fechamento do teatro. Implantei o sistema, que não machuca ninguém. A água só molha o chão, não as pessoas." (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Além de equivocada, essa fala mostra como a prática era e ainda é tida por muitos como algo natural, necessário e que não gera efeitos nocivos.

Ainda, é possível dizer que as demonstrações de hostilidade sejam elas quais forem e onde estiverem instaladas, são guiadas pela mesma necessidade e/ou desejo de afastamento do outro, seja por razões de um individualismo e auto isolamento crescentes, a busca por segurança e proteção, a aversão à diversidade e as realidades existentes, ou ainda pela mescla de todos estes fatores.

Ferraz *et al* (2005) entende que muitas mudanças ocorreram nas arquiteturas das cidades e também nas relações sociais em razão da procura cada vez maior por segurança pessoal e patrimonial, sendo que, logicamente as classes mais poderosas são as que conseguem investir assiduamente em fortificações, originando assim uma arquitetura da violência, justamente esses dispositivos instalados em residências particulares como forma de buscar proteção e segurança.

Complementar a isso, Melgaço (2010) faz uma reflexão sobre o processo que ele nomeia de "securização urbana" (p.66), que seria a implantação dos mais diversos meios visando alcançar a segurança. O autor explica, que a utilização desses dispositivos não garante que de fato existirá alguma segurança e que, portanto, esse processo de securização atua muito mais no campo psicológico, numa falsa sensação de se estar seguro, uma vez que as pessoas investem nesses dispositivos como uma resposta desesperada ao medo.

Dessa forma, têm-se ainda uma sobreposição de vantagens para o mercado imobiliário e de equipamentos de segurança, uma vez que este "capitaliza o pânico traduzindo-o em apelos e ampliando a necessidade de diversificação de materiais, equipamentos e serviços, ampliando ainda o faturamento desse ramo de negócio" (FERRAZ *et al* 2015, p.4).

Além disso, essas estratégias de proteção privada muitas vezes ultrapassam os limites e se apropriam do espaço público, uma vez que é comum a implantação de elementos como grades, guaritas, vegetação por exemplo, que funcionam como extensão de um domicílio e acabam tomando posse de calçadas que pela lei, são públicas e para o trânsito de pedestres, ou seja, com isso geram-se custos sociais pagos pelas parcelas da população que logicamente não se beneficiam com esses aparatos (FERRAZ *et al*, 2005).

Ou seja, “a violência da sociedade contemporânea, a cultura do medo e a criminalização da pobreza, estabeleceram uma série de mudanças nas ações das pessoas e, também, na arquitetura das cidades” (CADEMARTORI; STUMPF; GROSS, 2022, p.5). Não pretendemos negar a realidade, pois de fato a violência e o crime existem das mais diversas formas possíveis e zelar pela própria segurança é um direito de todos. Contudo, propõem-se pensar para além disso, tentar perceber que nessas práticas em prol da segurança pode e na verdade se está criando uma forte agressão a paisagem urbana e também a população que transita pelos espaços da cidade.

Nesse viés, cabe refletir acerca da abordagem feita por Alvarenga *et al* (2019) sobre a semiótica da cidade hostil, onde os autores discutem que a arquitetura e o urbanismo são formas de linguagem, de comunicação e que as pessoas que utilizam a cidade percebem e sentem os sentidos e significados dessa comunicação, de modo que a cidade é uma linguagem não verbal, pois comunica através de suas paisagens e da sua arquitetura.

Assim, ainda de acordo com os autores, a cidade hostil que acolhe uns e exclui outros, sobretudo os menos favorecidos economicamente, é consequência do modo/sistema capitalista, onde os indivíduos passam a ser vistos como consumidores e não mais como cidadãos, de modo que só será acolhido pela cidade e sua estrutura, aquele que possuir condições financeiras para pagar pelos serviços ofertados pelo mercado, seja moradia, saúde, educação, lazer, entre outros (ALVARENGA *et al*, 2019).

Podemos entender que todo esse cenário gera em um contexto maior, uma carga simbólica, onde as representações de hostilidade permeadas pela cidade ultrapassam a mera noção de existir enquanto aparatos funcionais de

uma exclusão de indivíduos e, passa a ter uma esfera intangível, isto é, os espaços cada vez mais preenchidos com elementos hostis somando-se as relações sociais também cada vez mais marcadas pelo individualismo, criam uma atmosfera de não hospitalidade, onde as restrições aumentam dia a dia e torna-se mais difícil sentir-se como parte do todo, como pertencente.

Como explicam Cademartori, Stumpf e Gross (2022), o cotidiano em grandes centros urbanos muitas vezes impede que consigamos reparar e questionar cenas e situações, as quais são "invisibilizadas consciente ou inconscientemente por estruturas de poder" (p.1) e que se naturalizam e inserem na normalidade. Com a arquitetura hostil acontece exatamente isso, pois "imersos em uma sociedade do consumo e do espetáculo, somos levados a não perceber as modificações estéticas e a essência da arquitetura e tudo que rodeia" (p.2).

Isso nos encaminha a pensar sobre a relação que a cidade estabelece com seus cidadãos e ainda, sobre como estes indivíduos se sentem e enxergam o ambiente onde vivem, como vislumbram o sentimento de pertencimento sendo que em espaços onde na teoria deveriam ser públicos e do desfrute coletivo, existem barreiras impedindo o acolhimento e impondo sentimentos e sensações negativas, de hostilidade.

Então questionamentos surgem com relação a quem possui direito de utilizar a cidade, para quem são pensados os espaços. A cidade enquanto corpo maior e a hospitalidade urbana se contradizem, uma vez que defendem certos pontos, os quais na prática não representam a teoria, de modo que formas de controle social (COX e COX, 2015) são desenvolvidas para interditar o acesso e permanência de indivíduos em certos espaços:

Os espaços interditados são preparados para que o próprio corpo urbano se encarregue de repelir a banda "podre" do corpo social que supostamente suja e enfeia a cidade, ameaçando a segurança da gente de bem que trabalha, produz e consome, movimentando a economia. Para os desocupados, os vagabundos, os mendigos, os inúteis, não há lugar na cidade. (COX e COX, 2015, p.12).

Como analisa Porto (2019), atualmente, muitos são os dispositivos instalados que visam retirar a hospitalidade da cidade, de modo que o acesso a determinados espaços e formas de lazer fica restrito a uma parcela privilegiada de pessoas enquanto se exerce uma exclusão à outra. Além disso, formam-se espaços urbanos de má qualidade, uma vez que a paisagem é modificada e agredida com artefatos, construções que não se harmonizam com o todo, mas sim, simbolizam agressividade e hostilidade.

Até aqui comentamos mais sobre a adoção de várias formas de arquitetura hostil tendo como objetivo a busca por segurança, guiada por um imaginário exagerado de medo, até mesmo de perigos inexistentes e o desejo de afastar-se do outro, contudo, ao expandirmos o olhar verificamos conexões existentes entre essa hostilidade materializada com outros fatores, como por exemplo o turismo.

Peixoto (2020) nos explica em um estudo sobre a arquitetura hostil em destinações turísticas, que muitos destinos na intenção de promover uma imagem de cidade agradável, modificam certos espaços, implementando formas de afastar e excluir indivíduos que possam comprometer esse cenário ideal, ao demonstrarem a existência de problemas sociais. Nesse sentido, a arquitetura hostil é utilizada “para executar o plano de higienização social que promete mostrar ao turista um espaço mais agradável e longe dos ditos indesejáveis [...]” (p.1).

Ou seja, busca-se mascarar a realidade, no sentido de utilizar formas de afastar pessoas e cenas indesejáveis, as quais retratam problemas de desigualdade, pobreza, mazelas sociais que seguem sem solução e/ou assistência, enquanto atividades guiadas pelo interesse capital e pela elite precisam se desenvolver a qualquer custo.

Então, por trás das manifestações de hostilidade está imbricada a ideia de excluir o outro, de limitar seu ir e vir, de determinar quais são os espaços que ele “não deve ocupar”, assim, podemos resumir que a arquitetura hostil surge e se espalha, discreta ou escancaradamente, com a função de representar as formas de pensar daqueles que tem o poder de modificar a cidade, e uma vez

que entre esses detentores de poder existe a intenção de afastar alguns, inevitavelmente isso irá se apresentar tanto material como simbolicamente.

Ainda no viés da representatividade simbólica imposta pela arquitetura hostil, mas em relação ao patrimônio material, Cademartori, Stumpf e Gross (2022) nos fazem refletir sobre a adoção desse tipo de mobiliário por templos religiosos, visando proteger seu patrimônio que possui valor histórico, da violência externa. De fato, é muito comum vermos igrejas circundadas por grades de ferro e outros aparatos restritivos, no entanto, de acordo com os autores essas ações acabam se refletindo em sensação de insegurança por parte dos transeuntes, além disso, “ao isolarmos prédios históricos, igrejas entre outros, estamos também sinalizando para a comunidade que ali habita, que a violência está tomando conta e que o Estado está negligenciando” (p.7).

Ou seja, em razão da falta de segurança que se tem nas ruas, as instalações hostis vão se justificando por si, contudo não se trata somente de colocar grades e fechar o espaço por exemplo, para além disso, significa demonstrar ainda mais insegurança aos que circulam nesses locais ao passo que os problemas reais não são solucionados ou contidos. E ainda, as formas adotadas para obter essa sensação de segurança desencadeiam na exclusão de diversos indivíduos desses espaços, na modificação negativa da paisagem urbana e na restrição de acesso aos bens que deveriam ser do uso dos cidadãos.

Com isso, a arquitetura hostil em suas várias formas e versões apesar de conseguir ser invisibilizada na maior parte dos casos e naturalizada na rotina, ela também é criticada e questionada e, temos de reconhecer que embora seja uma questão que envolve diversos fatores e atores e que gera consequências nocivas de longo prazo e dimensão, há aqueles que enxergam isso com olhos racionais e problematizam o assunto, levantando discussões e dando notoriedade ao tema.

De acordo com Cintra (2019), a partir dos anos 2000 podemos verificar várias intervenções que questionam sobre esse modelo de arquitetura, por exemplo. A autora cita um documentário feito por dois artistas franceses em 2003, nomeado *Le repos du Faquir* (o repouso do faquir), onde um deles circula

por espaços da cidade e vai tentando se encaixar em locais e elementos hostis instalados, demonstrando desconforto provocado pelos mesmos sobre o corpo.

A seguir mostramos algumas imagens retiradas das cenas do documentário para exemplificar a intervenção crítica à arquitetura hostil. Na figura 4, o ator tenta se deitar em meio a pinos instalados em uma vitrine, já na figura 5 também na soleira de uma vitrine, há uma espécie de pirâmide de concreto preenchendo o espaço ocioso, com o que podemos enxergar que apenas as formas dos elementos mudam, mas sua função segue a mesma, de restringir o acesso ao uso, ao descanso rápido.

Figura 4- crítica à arquitetura hostil



Fonte: (Documentário *Le repos du faquir*, 2003).

Figura 5- crítica à arquitetura hostil



Fonte: (Documentário *Le repos du faquir*, 2003).

Destaca-se também o trabalho de Sarah Ross, uma artista plástica de Chicago, que desenvolveu o projeto Archisuits, que consiste em trajes de roupa confeccionados com espuma e que se encaixam nos espaços hostis da cidade. Além disso, “o projeto aponta a arquitetura como um braço da lei, uma forma que usa o ambiente construído para policiar e controlar corpos raciais, classistas e de gênero” (ROSS, 2005).

Figura 6- crítica à arquitetura hostil



Fonte: <https://insecurespaces.net/archisuits-2005-2006/>

Também a participação do Padre Júlio Lancellotti, como comentado no início do capítulo, foi e é muito significativa no que diz respeito ao destaque e exposição da arquitetura hostil no Brasil, tanto que, foi promulgada a Lei nº 14.489 de 21 de dezembro de 2022 nomeada Lei Padre Júlio Lancellotti, a qual “proíbe a chamada "arquitetura hostil", que emprega estruturas, equipamentos e materiais com o objetivo de afastar as pessoas — sejam moradores de rua, jovens ou idosos, por exemplo — de praças, viadutos, calçadas e jardins.” (AGÊNCIA SENADO, 2023).

Originada a partir do Projeto de Lei 488/2021 do senador Fabiano Contarato (PT - ES), a Lei Padre Julio Lancellotti altera o Estatuto da Cidade e insere em suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado” (AGÊNCIA SENADO, 2023).

Após ser vetada pelo Presidente Jair Bolsonaro ainda em 2022, com o argumento de que a proposta iria ferir "a liberdade de governança da política urbana", o Congresso derrubou esse veto e no final do ano de 2023, o atual

governo de Presidente Lula então regulamenta a lei Padre Júlio Lancellotti. Além disso, dentre outras ações previstas para o ano de 2024, está a “elaboração de uma cartilha sobre arquitetura hostil a engenheiros, arquitetos e urbanistas” (G1 SÃO PAULO, 2023).

Nesse viés, podemos conceber que a arquitetura hostil ao se tornar pauta de uma lei, deixa de ser uma mera discussão entre aqueles que enxergam e problematizam os detalhes da cidade e das relações sociais e assume um contexto de maior seriedade no que diz respeito ao planejamento e desenvolvimento urbano.

Nos perguntamos então, quanto a quem se responsabiliza pela arquitetura hostil, uma vez que a mesma se espalha incontidamente pela cidade sem critério de locais ou formas de materialização. Considerando os elementos instalados em propriedades privadas, sabe-se que esses partem do anseio de indivíduos em proteger seus bens e a si, mas quanto a hostilidade vista em espaços públicos, podemos entender como algo que conta com interesse e apoio de vários atores, como manifesta Andrade (2010):

É dramático reconhecer que essa arquitetura sitiada não é inadvertida, mas uma estratégia projetual deliberada para a segregação socioespacial, que conta com o interesse e incentivo do mercado imobiliário, com a aprovação da parcela da sociedade que a consome e deseja, com a cumplicidade do Poder Público, que não só a permite como, em certos casos, a implementa, e com a participação ativa dos arquitetos, urbanistas e designers, que a projetam (p.3-4).

Ou seja, como podemos observar não se trata de uma via de mão única, muitos são os fatores e atores envolvidos e, esse tipo de arquitetura por ser consequência também de uma cidade e sociedade desiguais, além de não resolver os problemas já existentes, pode torná-los ainda mais expressivos. Além disso, apesar de todas as definições possíveis sobre a arquitetura hostil, percebemos que ao fim todas se interligam a questões de busca por segurança, controle de espaços, inacessibilidade ao uso da cidade e aversão a classes minorizadas da sociedade.

Dessa forma, a arquitetura hostil não é um produto feito e acabado em si mesmo, ela envolve uma gama de aspectos que perpassam questões arquitetônicas, históricas e sociais. Não se trata de dizer que é um modelo excludente de arquitetura, mas compreender que está entrelaçada ao processo de expansão desequilibrado das cidades, da inacessibilidade a recursos de moradia e bem estar, a construção de uma aversão aos minorizados, a associação errônea entre pobreza e crime, a inversão de sentidos e propósitos do design e da arquitetura, interesses comerciais e turísticos.

A seguir, a figura demonstra um resumo das principais ligações estabelecidas entre arquitetura hostil e outros conceitos e assuntos.

Figura 7- Arquitetura hostil e possíveis desdobramentos



Fonte: (elaborado pela autora, 2023).

Portanto, a arquitetura hostil impede que todas as pessoas que habitam a cidade de fato se sintam pertencentes ao meio, principalmente indivíduos em vulnerabilidade social, ou seja, a cidade, o acesso aos recursos, serviços, lazer e ao patrimônio em geral não é para todos, mas para quem possui as condições de pagar por eles. Então existe um equívoco ao dizer ou pensar que uma cidade é hospitaleira, que oferece qualidade de vida a sua população, pois, dentro desse grupo considerado como população, alguns indivíduos não são incluídos. Se nos

espaços da cidade vão se multiplicando as formas de dizer às pessoas “você não é bem-vindo aqui”, isso não pode ser tido como hospitalidade urbana.

2.1 Exemplos de arquitetura hostil no dia a dia

Neste subcapítulo iremos apresentar exemplos de arquitetura hostil como forma de mostrar as variadas formas de apresentação desse modelo de arquitetura e para que possamos iniciar outras reflexões. A figura 8 nos mostra um banco cujo design é projetado para impossibilitar a utilização do mesmo para deitar, além de não ser atraente esteticamente, é possível sentir uma mensagem implícita de hostilidade, restrição.

Figura 8- Arquitetura hostil em espaços abertos

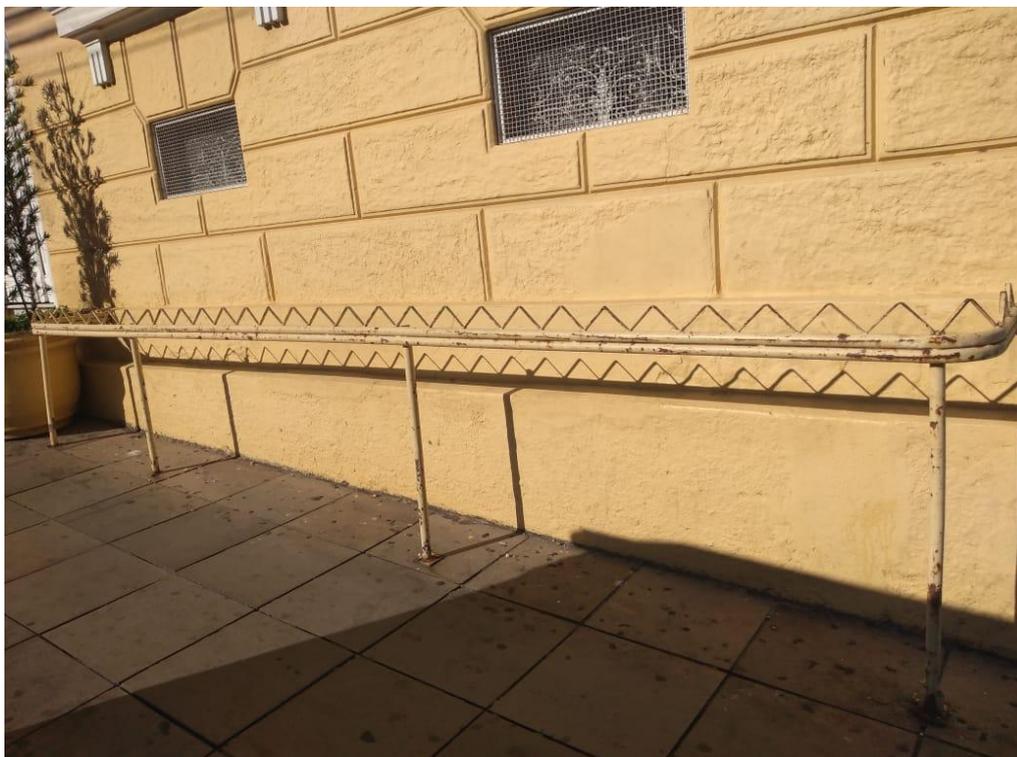


Fonte: (PORTO, 2019, p. 40).

Pensando para além da questão restritiva aos moradores de rua que poderiam deitar-se no banco, podemos refletir sobre como esse design pode afetar por exemplo pessoas com sobrepeso, que talvez possam encontrar dificuldades também para sentar-se no local. Dessa forma, cabe considerar que essa arquitetura afeta diversos grupos e segmentos da população em suas rotinas urbanas diárias.

Na figura 9 vemos uma ferragem que foi instalada em frente a fachada de uma edificação histórica localizada na Avenida Rio Branco em Santa Maria (PICCOLLI, 2022).

Figura 9- Arquitetura hostil em prédio histórico



Fonte: (PICCOLLI, 2022, p.24).

Nesse caso, podemos observar que a presença de um elemento hostil nesse espaço gera uma desconfiguração da imagem original que se tinha do patrimônio, no entanto, é correto pensar também nas motivações que conduziram a utilização dessa ferragem, pois possivelmente possa ter sido em razão de evitar a deterioração da construção, uma vez que ao ser utilizada como apoio, a parede poderia sofrer danos. Sendo assim, é interessante considerar que podemos lançar vários pontos de vista para analisar uma mesma situação

Além disso, podemos observar a arquitetura hostil também presente em construções religiosas, como é o caso da Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada na avenida de mesmo nome, em Santa Maria. Portões de ferro foram instalados em sua fachada, delimitando o espaço e o contato com edificação.

Figura 10- Arquitetura hostil em igreja

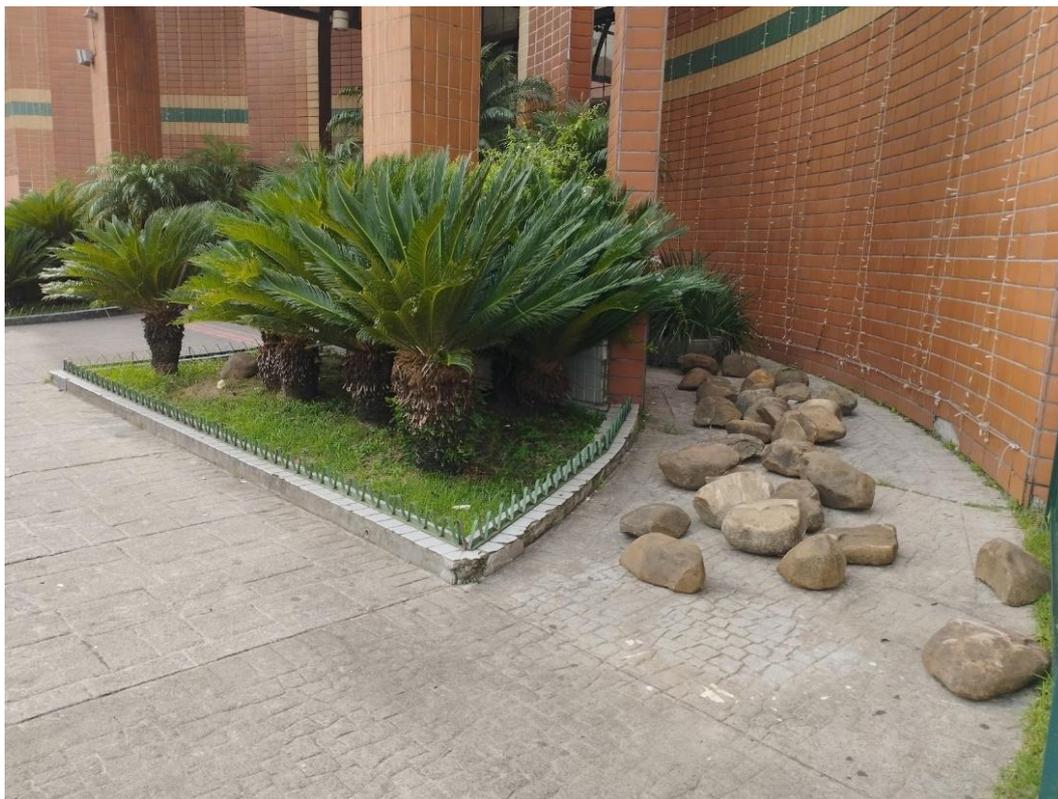


Fonte: (autora, 2023).

O curioso de observar a presença de elementos hostis em locais sagrados como igrejas, é pensar no imaginário que se tem de um templo sagrado, onde todos em teoria são bem vindos e estão livres e protegidos para manifestar suas crenças e se deparar na realidade com barreiras físicas delimitadoras de espaços.

Por último, trazemos um exemplo de arquitetura hostil no Shopping Royal, localizado na Avenida Nossa Senhora das Dores. É possível observar algumas ferragens que circundam plantas decorativas em frente ao shopping, além de haver também pedras colocadas em alguns espaços ociosos que constroem uma barreira impeditiva para a permanência de pessoas em situação de rua.

Figura 11- Arquitetura hostil em shopping



Fonte: (autora, 2023).

Espaços de lazer onde há um acesso baseado no poder de compra atuam como uma forma de segregar grupos sociais, somado a isso, vemos serem utilizados do lado externo, meios hostis de afastar qualquer indivíduo mesmo sendo ele um consumidor.

Desse modo, encerramos esse primeiro capítulo com a concepção de que a Arquitetura Hostil se trata de um assunto complexo quando discutidos seu desenvolvimento, motivações, interesses e consequências, mas que ao mesmo tempo é algo que nem mesmo as pessoas afetadas por ela reparam ou questionam, com o que podemos entender que muitas formas de hostilidade já se naturalizaram.

Assim, falando de forma realista e não otimista, o esperado é que as formas de existência dessa arquitetura se multipliquem, embora haja um movimento contrário, que critica, denuncia e põe esse tema em pauta. De fato, existem pessoas, atores sociais que pensam, planejam e executam a implantação destes tipos de mobiliário urbano hostil e, dificilmente essas

peças não estão ligadas a cargos de poder ou então possuem espaços privados onde utilizam dessa hostilidade da forma que melhor entendem.

3 HOSTILIDADE ESTRUTURAL E A RELAÇÃO CIDADE X CIDADÃO

Aqui pretendemos conversar sobre a realidade urbana tal qual ela é hoje em dia, refletindo sobre o modo de as pessoas se relacionarem com suas cidades e como estas se apresentam para seus cidadãos, mas somado a isso, comentaremos sobre a hostilidade estar presente no processo de desenvolvimento urbano e social.

Recapitulando o início de tudo, a construção das cidades, Raquel Rolnik (1994) as compreende como obras coletivas, pois explica que da sedentarização do homem, da sua escolha de se fixar em determinado ponto para plantar, surge uma nova forma de relação com a natureza e também de se organizar social e politicamente.

A autora define cidade como um ímã que atrai um fluxo de pessoas continuamente, mas também a vê como escrita, onde todo o processo de construção gera uma memória que fica registrada e permanente, tendo a arquitetura urbana, inclusive, um importante destaque, pois as formas arquitetônicas, os desenhos retratam a forma de viver daqueles que os construíram (ROLNIK, 1994).

Nesse sentido, as cidades têm a capacidade de serem lidas, assim como textos, pois através de vários elementos podemos compreender a história por trás do processo de edificação, as motivações e a realidade que se vivia quando cada novo aspecto foi sendo criado. Então, entendemos o poder de comunicação dos espaços, das construções, desenhos, arquiteturas etc.

Comparando as cidades muradas antigas com as grandes metrópoles atuais, Rolnik (1994, p.9) destaca que “ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação”. De fato, estamos inseridos atualmente em uma realidade guiada totalmente pela tecnologia, pela

informação, pelas transformações instantâneas, contudo, mesmo não havendo mais a presença de muralhas, os espaços urbanos adquiriram outras formas de barreira, principalmente nos ambientes coletivos.

Nesse viés, as maneiras de se organizar e relacionar socialmente, bem como os padrões de comportamento, formas de impor restrições e hostilizações frente ao outro, podem ser explicados a partir do entendimento de que sempre houve uma diferenciação, seja entre classes, territórios e outros, a qual acompanha a origem da cidade (ROLNIK, 1994).

A necessidade de organizar e gerir a vida coletiva fez surgir estruturas de poder e de autoridade que levaram a uma conseqüente distinção entre grupos sociais (ROLNIK, 1994) e a partir disso podemos compreender sobre o caminhar das relações sociais permeadas de hostilidade e aversão, onde se percebe uma tendência ao afastamento, ao manter-se separado, segregado, conduzindo dessa forma, para sentimentos de repulsa e demonstrações hostis.

De fato, pensando sobre o processo de expansão, a cidade cresce e se desenvolve em ritmo acelerado, a cada dia recebendo mais e mais habitantes, porém, em algum ponto depara-se com a falta de recursos para atender toda essa demanda populacional e a partir disso, com a limitação e/ou escassez surgem diversos problemas sociais e a não resolução destes problemas gera brechas para mais desorganização coletiva.

Alves (2018) nos mostra através de uma resumida linha do tempo, como as cidades foram modificando suas formas de se organizar e, com isso podemos observar as relações conturbadas que se estabelecem entre cidadão e cidade. O autor comenta que os feudos e os burgos, existindo simultaneamente por um certo período, contribuíram para que as cidades se expandissem, tendo o comércio e as atividades manufatureiras como impulso.

Com isso houve um crescimento populacional expressivo e grande migração para as cidades, fazendo com que o espaço se tornasse pequeno e que as pessoas buscassem os arredores do centro para se instalar, de onde

nascerem os subúrbios, mas o caráter excludente da cidade medieval, já vinha do fato de elas serem fortificadas e muradas (ALVES, 2018).

Posteriormente, as cidades industriais trazem mudanças à organização social, à rotina dos trabalhadores e, em razão das condições de vida da época, as mesmas eram “locais insalubres, sem condições básicas de saneamento e com moradias pauperizadas” (ALVES, 2028, p.19).

De maneira geral e, buscando relacionar esses fatos com a realidade que temos hoje, o que fica implícito é como o domínio e as decisões sempre couberam à mão de poucos, cabendo aos demais lidar com as afetações disso. Além do mais, “percebe-se que a dominação dos ricos sobre os pobres também é algo histórico e recorrente desde a colonização do Brasil” (ALVES, 2018, p.20), uma vez que houve a apropriação do que era do outro.

Assim, o entendimento inicial e puro sobre cidade, como sendo um imã (Rolnik,1994), um lugar capaz de atrair mais e mais indivíduos para viverem e conviverem organizada e coletivamente, vai ganhando sombras ao passo que se percebe como essa estrutura pode se tornar facilmente em um espaço de conflitos, disparidades e relações conturbadas.

Considerando que as cidades e suas arquiteturas atuam, portanto, como formas de comunicação e transmissão cultural que perpassam os anos, as edificações assumem a responsabilidade de mediar certas ações e relações sociais, possuindo desta forma, um papel importante para entender determinados momentos da história (DIAS e JESUS, 2019).

Nesse sentido, como forma de exemplificar esse poder de comunicação das edificações e ainda, do poder simbólico e de diferenciação de classes, podemos encontrar no estudo de Reis Filho (2014), comentários sobre arquitetura no Brasil do período colonial, onde se tinha por exemplo os mais abastados habitando o sobrado, que possuía assoalho, enquanto que pessoas menos favorecidas viviam nas chamadas casas térreas, de chão batido.

Além disso, um detalhe interessante que ocorreu posteriormente, na primeira metade do século XIX, foi o surgimento de algumas modificações

discretas na arquitetura, destacando-se aqui a implantação de jardins em frente às residências, estando os mesmos cercados por gradis de ferro (REIS FILHO, 2014). Com o que se pode notar a intenção de separar-se do outro, de delimitar o que é privado, patrimonial, do que é público, das ruas.

Ou seja, formas de hostilidade acompanham todo o processo de desenvolvimento da vida coletiva, ganhando novas formas de representação com o passar do tempo. Ao nomearmos esse capítulo com o termo hostilidade estrutural, pretendeu-se justamente passar essa ideia.

A arquitetura hostil, tema deste estudo é, portanto, um exemplo do (des) caminho feito pelas cidades, onde podemos perceber que a arquitetura, o design e os espaços de uma forma geral demonstram uma sequência de acontecimentos e problemas que não foram sendo solucionados.

Como bem descreve Souza Filho (2018, apud Lima, 2021):

Quando desagradável, o design opera como um agente silencioso que reforça a segregação, assegurando que desigualdades históricas e estruturais possam se reproduzir no presente, no cotidiano e no microcosmos de uma rua, de um shopping ou de uma praça [...].

Sendo assim, tudo à nossa volta comunica, a experiência no ambiente urbano pode ser complexa, principalmente ao considerarmos a relação entre espaço público e privado. Quando falamos da hostilidade, por exemplo, ela é visível nos dois espaços, contudo, as motivações e os atores envolvidos é que podem variar ou ainda se misturar.

Residências particulares munidas de um grande aparato de segurança, seja com muros, cercas elétricas, monitoramento etc., podem ser enquadradas como expressões de arquitetura hostil, quando se analisa a estética desses elementos. Já em espaços públicos como as praças e ruas da cidade, os elementos hostis inseridos na arquitetura repassam a ideia de restrição, de não hospitalidade.

Desse modo, hoje em dia percebemos já uma outra forma de relação entre o cidadão e sua cidade, que é permeada por inúmeras influências que não

existiam há um tempo atrás, em outros períodos da história. A superlotação que se tem hoje, as atividades comerciais, o ritmo de vida, as tecnologias, tudo isso culmina em um cenário onde os espaços e os detalhes se tornam cada dia mais invisíveis e, as relações tanto interpessoais como as com o ambiente, superficiais e hostis.

Entendendo, portanto, que os processos de crescimento e (re)organização das cidades, ditam as relações existentes nela e, buscando pensar melhor sobre como o cidadão faz uso daquilo que a cidade lhe oferece e ainda, como são ofertados esses recursos e serviços, a seguir será discutido questões de direito, uso, acesso.

3.1 Cidade e patrimônio: a quem pertence?

Para Lima (2021, p.7), “todas as cidades compartilham de um mesmo valor: seus sujeitos”. Partindo dessa reflexão, entendemos que os indivíduos responsáveis pela construção e existência das formas de convívio em um espaço, possuem papel de importância no mesmo, sendo também responsáveis por gerar significados.

Desse modo, em uma visão “poética”, a cidade pertence àqueles que a construíram e moldaram e, esses a ela pertencem pois dela são fruto e com ela se identificam. Contudo, a realidade não é plena assim, observamos que acontece de forma desigual o acesso a tudo que a cidade pode oferecer.

Isso porque, as coisas não se desenvolvem de maneira igualitária para todos e, considerando principalmente a ascensão do capitalismo, mudanças aconteceram nas relações urbanas, evidenciando a divisão social por classes (LIMA, 2021).

Carlos (1992, *apud* LIMA, 2021) diz que a existência da cidade está ligada a certos elementos essenciais, a partir dos quais se estabelecem os valores urbanos, que estão pautados principalmente na discriminação do outro, isto é,

baseando-se em alguns parâmetros, determina-se o espaço que o indivíduo irá ocupar, desde local de moradia até fontes de lazer.

Nesse sentido, instala-se um sistema de diferenciação de classes, baseada em status sociais, onde há conseqüentemente movimentos de exclusão social. Lima (2021) considera como fator importante para a existência desse cenário, a expansão das cidades não planejadas, onde não houve um ordenamento correto e de onde emergem distinções, principalmente quando se tem a divisão entre centro e periferia.

Dessa forma, a desigualdade permeia as relações sociais e dita comportamentos, sendo a mesma, definida por Nascimento (2003, p.58) como a “[...] distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes”.

A partir disso, é interessante pensar sobre o patrimônio, considerando a ideia de riquezas materiais e simbólicas comentadas no parágrafo anterior. Pois, os bens patrimoniais integram esse conjunto de construções realizadas pelo homem no processo de formação das cidades e mais do que isso, estão amarrados a sua história enquanto cidadãos.

Nesse sentido, pretende-se refletir sobre a quem pertence esses patrimônios, estando os mesmos inseridos no espaço urbano e no cotidiano das pessoas. Dessa forma, procuraremos entender o conceito de patrimônio e em seguida sua participação no ambiente e a relação com os indivíduos.

Araripe (2004) aponta o patrimônio cultural como tudo aquilo oriundo da formação da cultura de um povo, possuindo força simbólica, sejam conhecimentos, costumes, características, hábitos, entre outros, que se transmite de uma geração para a seguinte. Por ser muito amplo, esse conjunto de bens vai se categorizando seja em razão da sua forma ou natureza, mas todos compartilham da capacidade de gerar significados. Assim:

Quando falamos de patrimônio cultural estamos nos referindo ao conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado (visível) ou simplesmente

manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum (ARARIPE, 2004, p.3)

Uma vez que perpassam o tempo, esses bens podem ser tidos como fonte de memória social, memórias as quais são credenciadas com patrimônio para que possam ser preservadas, recuperadas e conservadas, ressaltando assim sua importância enquanto acervo informacional para compreensão de determinada época (ARARIPE, 2004).

Tudo que se tem como patrimônio, portanto, foi construído pelo homem sobre o espaço que ele ocupa e nas relações que mantém. Nesse sentido, quando pensamos na cidade, no espaço urbano, fica claro essa relação de construção, assim como aponta Araripe (2004, p.6) ao observar a cidade como lugar onde se produz sentidos e onde o “verdadeiro significado encontra-se na relação homem/lugar.”

Ou seja, se os indivíduos são responsáveis por produzir o espaço onde vivem, construir sua cultura, eleger seus patrimônios, etc., em suas mãos também está o direcionamento do uso desses bens, das formas de manutenção e até mesmo as formas de destruição.

Os atos de descuido, destruição e demais comportamentos agressivos, podem ser oriundos das “injustiças sociais” (ARARIPE, 2004, p.6) e isso nos leva a lembrar o que já foi comentado anteriormente no capítulo, sobre a desigualdade inserida no processo de desenvolvimento das cidades. Dessa forma, as desigualdades se mostram através da propensão ao surgimento de vandalismo, degradação, e/ou também quanto a delimitação de acesso, conhecimento e valorização dos seus patrimônios.

Considerando então esses problemas de ordem social e que impactam na paisagem urbana, vemos surgir uma cidade mais hostil que nos faz questionar sobre seus direitos de acesso e uso e, nesse sentido, fica claro a influência das estruturas de poder (CADEMARTORI, STUMPF e GROSS, 2022), as quais nos conduzem a não enxergar cenas cotidianas que merecem sinal de alerta e que são naturalizadas.

Para Alvarenga, Bonini e Prados (2019) houve um afastamento do cidadão da vida pública, através de um processo que o transformou apenas em consumidor, ressaltando assim, o fortalecimento da importância do consumo e do mercado nos sistemas de organização social, o que fez com que ocorresse “a degradação progressiva simbólica e física dos espaços urbanos” (p.4).

Então, ter direito à cidade, fica condicionado a ter recursos para pagar pelo que é oferecido ou ainda, a cidade pertence “a uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.63, *apud* CADEMARTORI, STUMPF e GROSS, 2022, p.2).

As decisões sobre o direcionamento de uso dos espaços, portanto, está nas mãos de poucas pessoas, atores sociais que possuem poder de determinar, fazendo com que quem esteja fora dessa margem, apenas acate os efeitos disso.

Assim, quando observamos as cidades atuais e sua hostilidade, entendemos o que Andrade (2010, p.1) chama de “processo de exclusão planejada”, pois, todas as formas de controle de espaço, restrições, manifestações hostis, entre outros, não nascem espontaneamente, mas estão sob o poder de atores sociais como por exemplo o mercado imobiliário, Poder Público, arquitetos, designers e também cidadãos coniventes com essas práticas (ANDRADE, 2010).

Desse modo, considerando essa realidade e a partir disso, pensando no campo do patrimônio, fica evidente que, onde não se consegue efetivar minimamente o direito à cidade, entendido como “direito a condições básicas de vida”, segundo Alvarenga, Bonini e Prados (2019), conseqüentemente haverá falhas no que diz respeito ao contato, conhecimento, apropriação tanto a espaços culturais, patrimônios e também locais de lazer.

Com isso, nossas cidades se tornam hostis e acolhedoras ao mesmo tempo, possibilitando vantagens e benefícios para aqueles que possuem condições de pagar por isso, enquanto que exclui quem não possui recursos (ALVARENGA, BONINI e PRADOS, 2019). Portanto, as relações são ditadas

pelo poder capital de cada indivíduo, determinando o que lhe é permitido acessar e ter contato ou não.

A experiência do cidadão em sua cidade, fica restrita às suas condições financeiras, da mesma forma que o conhecimento, entendimento, valorização e acesso aos bens patrimoniais pode também estar condicionado a esses fatores de desigualdade. Nesse sentido, embora a literatura seja feliz ao dizer que o patrimônio é de todos, pois é oriundo de sua cultura, infelizmente assim não ocorre, uma vez que o capitalismo e monetização de todas as coisas vai se sobrepondo a essa ideia.

3.2 Hospitalidade e espaço público

Outra questão que entra em pauta considerando esse cenário de cidades superlotadas, problemas sociais e desordens na paisagem urbana, é a hospitalidade, mais especificamente a hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. Como podemos já observar até aqui, há um desencontro entre o que se espera de um local hospitaleiro e o que na realidade se apresenta atualmente, cada vez mais acentuada, que é a hostilidade dos espaços.

A hospitalidade em sua essência, diz respeito a um ato simbólico realizado entre duas partes, o anfitrião e o hóspede, o que recebe e o que é recebido respectivamente, podendo acontecer no espaço doméstico, comercial ou público (FERRAZ, 2013, *apud* SEVERINI, 2013). Trata-se de um ritual de recepção e acolhimento, onde existe uma troca e cria-se um vínculo.

Nesse viés, o ato hospitaleiro necessita de espaços para se concretizar, no caso da hospitalidade doméstica, o ato se dá nas relações entre a família ou ao receber outras pessoas em casa. Enquanto que na hospitalidade comercial, que se dá em espaços privados, há a questão monetária envolvida no ritual hospitaleiro, o que não anula, ao nosso ver, a simbologia do ato. Já na esfera pública, a experiência da hospitalidade se dá nos espaços oferecidos tanto a moradores como visitantes.

O viés urbano onde acontece a hospitalidade é o nosso intuito de discussão, uma vez que o trabalho gira em torno de fenômenos presentes nas cidades, como a arquitetura hostil e as exemplificações de desigualdades sociais mais acentuadas. Desse modo, a hospitalidade urbana se interliga nesse cenário que vem sendo abordado até aqui, principalmente pelo fato de a ideia de cidade hospitaleira estar em questionamento, frente a toda hostilidade presente.

Contudo, analisar a hospitalidade pública ou urbana é mais complexo do que comparada com a hospitalidade que acontece nos espaços doméstico ou comercial, pois nestes dois, há uma delimitação mais clara de quem é hóspede e quem é anfitrião, já na esfera pública porém, surgem reflexões, relacionadas principalmente a definição de hóspede urbano (SEVERINI, 2013).

Para Severini (2013), todos os indivíduos que experienciam a cidade e seus espaços devem ser tidos como hóspedes, logo, tanto o morador como o turista enquadram-se nessa visão. O turista, ao conhecer pela primeira vez e, o morador ao realizar atividades de visitação a lugares desconhecidos por exemplo, conhecendo um espaço cultural de sua cidade, realizando um turismo cidadão.

Com base nisso, nos damos conta então, de que o espaço público é o ambiente e palco que sedia as relações de hospitalidade e tudo que podemos encontrar nele, as experiências desenvolvidas a partir disso vão determinar se nos sentimos acolhidos, bem recebidos ou não. Fazendo com que se reforce o entendimento sobre o hóspede urbano, como sendo “todos os que consomem ou vivem a experiência da cidade” (SEVERINI, 2013, p.6).

Já conhecendo o hóspede, é necessário esclarecer o espaço onde se desenvolve a hospitalidade urbana, que é o público. Nesse sentido, Severini (2013) aponta que:

Do ponto de vista jurídico, espaço público é o espaço tradicional de uso comum das cidades, como as ruas, as praças, os largos, as avenidas etc. e que está sob a jurisdição do poder público podendo sofrer alterações físicas a qualquer instante em prol do bem comum (SEVERINI, 2013, p.6).

Espaço coletivo, pertencente a todos e que podemos citar ainda, inclui os patrimônios da cidade, importantes no processo de consolidação de identidade da mesma e por conseguinte, de seus moradores. Dessa forma, compreendemos que o morador é quem tem em primeiro lugar mais experiências no espaço público, se comparado com o turista que tem um contato temporário.

Sendo assim, em teoria, os espaços deveriam assegurar a esses cidadãos, condições relacionadas a direitos básicos de uso, como “acessibilidade à memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso visual à arquitetura e à estrutura urbana” (SEVERINI, 2013, p 6).

As cidades deveriam, portanto, primeiramente ofertar recursos necessários e suficientes para que sua população tenha uma boa experiência urbana de hospitalidade, para posteriormente ser assim também com visitantes, considerando a premissa de que cidade boa para se viver é também boa de se visitar.

Contudo, a realização plena da hospitalidade no espaço urbano, está condicionada pelos recursos que são oferecidos, pelas infraestruturas, bem como pelos modos e regras de utilização dos mesmos (GRINOVER, 2009). Assim, quando nos reportamos às arquiteturas hostis nos espaços da cidade, por exemplo, identificamos que houve falhas nesse processo de hospitalidade e que a experiência do hóspede urbano é prejudicada.

Pensando sobre quem se torna responsável por tais realidades, tanto no quesito de proporcionar os recursos como também mantê-los e preservá-los, concordamos com Severini (2013), para quem o grande anfitrião urbano é o gestor público. Ou seja, figura de autoridade e que justamente por ter esse poder, determina muitas vezes o funcionamento da esfera pública.

Todavia, como já foi comentado anteriormente no texto, é necessário atentar para isso, principalmente situações em que decisões importantes ficam em mãos de poucos. E quando se trata da hospitalidade urbana, entendendo que ela ocorre no espaço público (de todos), as consequências de decisões, sejam boas ou não, recaem sobre todos.

Nesse viés, destaca-se um exemplo desse cenário, que ocorre com a inserção da atividade turística e onde podemos identificar que há uma inversão de prioridades, se compararmos o morador e o turista. Peixoto (2020) nos conta que muitas cidades, buscando atender a interesses turísticos, acabam por encontrar meios de preparar seus espaços pensando nesse público externo, modificando a paisagem e gerando mudanças também nas relações sociais.

O que acontece com isso é que, em muitos casos, o gestor público, anfitrião, juntamente com outros atores sociais, priorizam demasiadamente preparar a cidade para receber turistas e deixam desatendidos os moradores, principais hóspedes. Nesse sentido, a hospitalidade urbana subtrai alguns valores essenciais como o acolhimento, em troca de interesses monetários e outros.

Por outro lado, Severini (2013) nos traz a reflexão de que uma cidade hospitaleira não se forma apenas de espaços públicos, mas que o parâmetro para medir a hospitalidade de um espaço/lugar pode ser baseado nos tipos de relações de sociabilidade que ali se desenvolvem. Dessa forma, a autora nos mostra que mesmos espaços privados, mas de uso público, podem ser lugares de hospitalidade.

Contudo, nisso se enquadraria locais onde há necessidade capital para acessar, como por exemplo restaurantes, lojas, clubes, dentre outros. O que significa que mesmo havendo tantos locais na cidade onde é possível vivenciar a experiência da hospitalidade, a mesma estaria restrita a condições monetárias, demonstrando que a cidade hospitaleira encontra entraves na desigualdade social.

Com isso, entendemos que o espaço público percorre um caminho e é afetado pelas transformações sociais conforme a sociedade vai se reorganizando, o que corrobora em novas formas de uso e nas relações de sociabilidade.

Dessa forma, quando buscamos analisar a hospitalidade relacionada às cidades e seus espaços, é necessário considerar essas mudanças e, para além disso, nosso intuito é questionar e refletir sobre a ideia de cidade acolhedora, hospitaleira, frente a toda hostilidade que viemos discutindo até então.

Artefatos, arquiteturas e estratégias para restringir o uso de espaços, para excluir pessoas, formas agressivas de demonstrar que determinado local não pode ser acessado, meios intangíveis de selecionar quem pode ou não entrar em um estabelecimento, todos esses exemplos reforçam o entendimento de que a cidade hospitaleira não engloba todos aqueles que fazem parte dela.

Como aponta Grinover (2019) a cidade é o resultado, a projeção de uma sociedade e seu modo de viver em um determinado território, de modo que, tudo que está englobado nessa relação é oriundo de ações daqueles que nela vivem, assim, “a cidade expressa maneiras de viver; representa a cultura de um grupo ou de grupos, os possíveis conflitos entre os habitantes e a ordem social e política adotadas por eles” (GRINOVER, 2019, p.4).

Desse modo, podemos dizer que a experiência que cada pessoa tem nos espaços onde circula, reflete em sua sensação de acolhimento ou hostilidade, ou seja, o ambiente possui poder de transmitir mensagens. Há um processo de percepção e recepção por parte do indivíduo, com tudo que se encontra ao seu redor, a partir do que ele cria sua imagem sobre o espaço (GRINOVER, 2019).

Entendemos até aqui que o ritual e simbologia da hospitalidade constituem-se muito importantes nas relações de sociabilidade e interação entre indivíduos, todavia, a hospitalidade que deveria ser encontrada no ambiente urbano, esbarra em vários detalhes e entraves que a dificultam de serem percebidas.

Fica claro que intervenções hostis são uma dessas barreiras, quando pensamos em uma praça importante para a cidade, por exemplo, idealizamos no viés da cidade hospitaleira, que ela seja bem cuidada, arborizada, com infraestrutura adequada, suficiente e confortável, enfim, um local acessível e acolhedor para momentos de socialização. Porém, o que pode ser encontrado na verdade é um espaço degradado, com artefatos hostis instalados, bancos com design desconfortável ou até mesmo a inexistência dos destes, pois, lembrando que a hospitalidade urbana se dá na disponibilidade de diversos recursos, do contrário, esses espaços se mostram por fim hostis.

Considerando que a hospitalidade urbana se relaciona com a qualidade de vida dos moradores (SEVERINI, 2013), entende-se que essa última é afetada

pelas consequências de espaços desagradáveis e hostis. Além disso, isso impacta na experiência dos indivíduos frente ao urbano onde vivem, refletindo nas questões de identidade e sentimento de pertencimento (GRINOVER, 2019).

Com isso, algumas alternativas surgem para buscar reverter o caminho e aproximar o morador de sua cidade, trazendo mais qualidade para sua experiência urbana e para que se sinta acolhido e pertencente ao meio, é o caso do turismo cidadão, que será comentado a seguir.

3.3 Turismo Cidadão

O turismo em si é uma atividade, um fenômeno que envolve pessoas, lugares, movimentos, interações. Dificilmente um indivíduo não conhece um novo lugar sem sair transformado de alguma forma, pois a experiência turística é capaz de provocar novos sentimentos e é com base nisso que ao construir memórias, o turista qualifica sua viagem, avalia o destino, volta a visitá-lo e/ou o recomenda.

É comum também que, geralmente viagens sejam pensadas e planejadas para destinos distantes do local de residência, talvez porque se tenha uma ideia de que o lazer só pode ser encontrado para além das fronteiras da cidade onde se vive e se tem uma rotina, ou ainda, de que não há nada novo ou interessante para ver no lugar onde se reside.

Isso pode ser explicado pelo fato de que, juntamente com a globalização, o acesso ao lazer e a cultura de diferentes lugares do mundo ficou mais facilitado, o que tornou o turismo local cada vez menos escolhido (TORRI, 2022), e fez surgir uma variedade de outros segmentos turísticos. Também, a motivação para buscar outra cidade, estado ou país, pode ser a invisibilidade que se tem com relação ao lugar que nos cerca, pois acabamos muitas vezes não vislumbrando potenciais turísticos na própria cidade ou não temos a curiosidade despertada.

Complementar a isso, Fialho (2022) entende que a relação entre homem e lugar pode ser transformada positivamente através do turismo e de experiências ressignificadas, pois:

considerando que muitas vezes os diferentes tipos de paisagem cotidianas que compõem a cidade - históricas, culturais, artísticas e naturais - tornam-se invisíveis a quem nela habita a medida em que sua essência vai se apagando diante de problemas básicos de infraestrutura como a favelização, o aumento de criminalidade, a precariedade de moradias, educação deficitária, sistema de saúde defasado, transporte público ineficiente, além de problemas de ordem ambiental (FIALHO, 2022, p.31).

Nesse sentido, o segmento de Turismo Cidadão vem a promover um movimento contrário, isto é, fazer com que os moradores se aproximem, conheçam os espaços de sua cidade, possibilitando “que o morador local se torne turista da sua própria localidade quando ao conhecer a sua região experimenta e vivencia momentos afetivos” (TORRI, 2022, p.19).

Junto a isso, podemos recapitular a questão da hospitalidade, que foi abordada anteriormente, lembrando a necessidade e importância de a cidade proporcionar espaços e recursos adequados para seus principais hóspedes urbanos, que são os moradores.

Questões como sentimento de pertencimento, identidade, valorização da história e do patrimônio, estão também envolvidas na prática do turismo cidadão, dentre as razões está o fato de que “a cidade, para o turista cidadão, deixa de ser somente o seu local de moradia, e passa a ser onde existe um sentimento de identificação/pertencimento” (TORRI, 2022, p.20).

Nesse sentido, a prática desse segmento turístico vem a contribuir para a valorização da cidade e para que seja despertado também a vontade de preservar. Somado a isso, os patrimônios culturais podem ganhar destaque nesse cenário, serem conhecidos, estudados, a fim de que possam transmitir a história e sua importância.

Assim, o planejamento e forma de execução desse turismo deve ser bem pensado, para que possa promover não só uma aproximação entre morador e

sua cidade, mas também uma sensibilização, através de um contato, de uma experiência significativa.

Um belo exemplo disso é o projeto Viva o Centro, da cidade de Porto Alegre (RS), onde a prefeitura, visando a revitalização do centro histórico, iniciou algumas ações, dentre elas, o Viva o Centro a Pé, que promove caminhadas mensais, as quais começaram em 2007 e seguem até hoje, tendo se expandido para outros bairros (ABREU, 2012).

Segundo a autora, uma das macroações desse projeto de revitalização estaria centrada em conscientizar e divulgar os valores culturais, justificando que “um dos fatores que fragilizam o Patrimônio Cultural é a falta de consciência sobre seu valor como elemento constitutivo da memória de uma sociedade”, o que coloca o Viva o Centro a Pé como um meio de atingir essa conscientização (ABREU, 2012, p.8).

A utilização dos espaços da cidade, sob a ótica do turismo cidadão, passa a ter um novo sentido, ao propor que os moradores conheçam e descubram mais sobre o local que os cerca e onde vivem suas vidas. E isso passa a ser interessante também para a manutenção e preservação desses espaços, uma vez que tendo consciência do valor histórico, é mais propenso que se desenvolva um senso de zelo por parte daqueles que transitam por esses locais.

A seguir, uma imagem feita durante uma das caminhadas do projeto Viva o Centro a Pé, realizada em março de 2023, onde um grande grupo se reúne para conhecer mais sobre o monumento de Júlio de Castilhos que fica na Praça da Matriz em Porto Alegre.

Figura 12- Grupo de turistas cidadãos em Porto Alegre (RS)



Fonte: (CORREIO DO POVO, 2023)².

O exemplo mostra como ações assim podem envolver a população local em torno de sua história, de modo que, como aponta Torri (2022) o turismo cidadão gera uma identificação do morador com sua cidade e sua história e somado a isso, “a valorização patrimonial que este tipo de turismo proporciona através da população é indispensável ao se pensar em revitalização de patrimônios materiais” (TORRI, 2022, p.21).

Isso pode, em complementaridade, nos remeter novamente a questão da hospitalidade urbana, uma vez que ao se sentir próximo de sua cidade, da história, ao se apropriar dos espaços, patrimônios, criando um sentimento de identificação e pertencimento, conseqüentemente esse turista cidadão estará também se sentindo acolhido, o que significa que a cidade está cumprindo o papel de um bom anfitrião.

Por fim, a experiência urbana, dessa forma passa a ser ressignificada através de práticas que envolvem a atividade turística, questões de cidadania e também a educação patrimonial, onde é possível que a relação entre cidade e

² Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/caminhada-viva-o-centro-a-p%C3%A9-busca-um-novo-olhar-para-a-regi%C3%A3o-de-porto-alegre-1.1008052> Acesso em 3 dez. 2023.

cidadão seja mais harmônica, considerando que há manifestações de violência e hostilidade já tão presentes.

4 ARQUITETURA HOSTIL EM SANTA MARIA: DO PATRIMÔNIO MATERIAL À DESIGUALDADE SOCIAL

Uma das intenções deste capítulo é mostrar o contraste entre uma cidade com grande potencial e riqueza histórica/patrimonial até ambientes marcados pela hostilidade através da arquitetura, que denunciam também a existência de desigualdades sociais.

Dessa forma, o capítulo se divide em três partes, onde, primeiramente se apresenta a cidade de Santa Maria, abordando questões referentes a sua formação e características que a fazem ser vista como cidade cultura, destacando sua área patrimonial. Em seguida, são trazidos exemplos de hostilidade em diferentes locais da cidade, como meio de demonstrar sua existência e formas de ocorrência e, por fim, há uma parte dedicada a falar somente de exemplos encontrados na Avenida Rio branco, que é nosso foco de pesquisa e área de recorte, onde há uma discussão em torno dessas arquiteturas hostis.

4.1 A cidade cultura

Santa Maria está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 289 km de distância da capital Porto Alegre e de acordo com o último censo demográfico realizado em 2022, a cidade conta com 271.735 habitantes (IBGE, 2022). Prestando uma grande diversidade de serviços, Santa Maria é muito procurada, principalmente para fins educacionais, de saúde e militares.

Figura 13- Localização de Santa Maria (RS)



Fonte: (WIKIPÉDIA, 2023).

O surgimento da cidade de Santa Maria está atrelado a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, onde foi criada uma Comissão Demarcadora de Limites, composta por portugueses e espanhóis que, anos mais tarde, em 1787, chega no local onde atualmente é Santa Maria, a fim de demarcar a linha divisória entre os territórios pertencentes a Espanha e Portugal (KUMMEL, 2013).

Todavia, como explica Silva (2014), durante os trabalhos de demarcação, os comissários dos dois países estiveram sempre em conflitos com relação à interpretação do documento, cada parte buscando favorecer seu país e, por estas razões, houve a separação da comissão espanhola da comissão portuguesa em 1797.

Ainda de acordo com a autora, essa separação favorece diretamente a origem de Santa Maria, pois “instalou-se aqui os integrantes da Partida Portuguesa, que construíram seus ranchos e um pequeno oratório onde hoje se encontra a Praça Saldanha Marinho e a Rua do Acampamento” (SILVA, 2014, p. 5).

Alguns anos depois, em 1801, houve a extinção da comissão demarcadora, segundo Kummel (2013), a partir do que, a povoação que já habitava o local passou a receber pessoas vindas de outros territórios, como

“açorianos, paulistas, paranaenses e índios descidos das missões recentemente conquistadas pelas forças luso-brasileiras” (KUMMEL, 2013, p. 91).

Fatos assim esclarecem a diversidade étnica e cultural que temos hoje em dia. Já em termos de impulso para o desenvolvimento da cidade, destaca-se a implantação da linha férrea, que foi muito significativa no processo de expansão. Como aponta Kummel (2013), Santa Maria já havia recebido muitas etnias antes da chegada da ferrovia, mas após esse acontecimento e assumindo a “identidade como cidade ferroviária” (p.92), foi possível atrair diversos outros grupos de imigrantes.

De acordo com Silva (2014), a Vila de Santa Maria foi elevada à categoria de cidade em 16 de abril de 1876, após já ter se emancipado de Cachoeira do Sul anos antes e ter percorrido o caminho de povoado, freguesia e vila. Em seguida, um acontecimento veio a marcar a história da cidade que crescia, foi em 1885, quando se recebe a estrada de ferro e Santa Maria ganha o título nacional de “cidade ferroviária” (SILVA, 2014, p.5).

A partir disso, com a existência de uma linha férrea e também em razão da sua posição geográfica, Santa Maria passa a ser um ponto comercial com grande movimento, o que fez com que empresas começassem a surgir e criar uma rede de comércio na área urbanizada até então (KUMMEL, 2013). Além disso, em razão da grande circulação de passageiros e que por algum motivo necessitavam pernoitar na cidade, começaram a surgir hotéis e demais serviços.

A atual Avenida Rio Branco, que já teve outros nomes, se consolidou com uma grande eixo comercial, em razão de sua localização, possuindo em uma de suas extremidades a Estação e na outra a Praça Saldanha Marinho, sendo que nesse trecho muitos imigrantes instalaram “casas de comércio, hotéis, restaurantes, cervejarias, jornal, entre outros, fazendo de Santa Maria cada vez mais um polo comercial da região” (GRUNEWALDT, 2010, p.337 *apud* KUMMEL, 2013, p.95).

Podemos apontar, para além do setor de serviços e comércio, a importância que a ferrovia possui junto a construção patrimonial da cidade, pois hoje em dia, o centro histórico contém diversas edificações, estilos arquitetônicos que denotam essa riqueza e influência de épocas passadas. E é provável que o

grande início disso tenha sido com a construção da Vila Belga, um conjunto habitacional erguido a partir da chegada da Compagnie Auxiliare dês Chemis de Fèr Du Brèsil, para alojar funcionários que vinham trabalhar na ferrovia (SILVA, 2014).

Por essas e outras razões, concordamos com Kummel ao dizer que “a presença da companhia ferroviária influenciou o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade” (2013, p.94). Contudo, houve, a partir dos anos 1950, um processo de desestruturação da ferrovia, que somado ao investimento que estava sendo dado ao transporte rodoviário, foi levando a sua decadência. Além disso, Santa Maria encontrava-se também, confirmando sua habilidade com comércio e serviços, que estavam impulsionando o crescimento da cidade (KUMMEL, 2013).

Com isso, após essa dissolução do transporte ferroviário, a cidade passou a ganhar um novo perfil atrelado principalmente ao surgimento da Universidade Federal de Santa Maria e da Base Aérea, fatos que aos poucos foram conferindo a cidade notoriedade como polo educacional e militar (SANTA MARIA + TURISMO, 2023). Hoje em dia, há destaque também para as áreas da saúde e da construção civil, além da prestação de diversos outros serviços.

Caminhar pelo centro histórico de Santa Maria é um convite a observar e entender seu processo de expansão, principalmente através das edificações, muitas tombadas como patrimônio. Principalmente na Avenida Rio Branco, concentra-se a maior parte dessas construções, considerando sua importância como eixo comercial e de circulação de pessoas na época da ferrovia.

De acordo com Silva (2013), foram erguidos muitos palacetes nessa avenida, como forma de expor a superioridade das principais personalidades da cidade na época. Mas além das residências, muitos prédios foram concebidos para serem hotéis, servirem de moradia e também para estabelecimentos comerciais.

Nesse sentido, ao longo do tempo a Santa Maria foi adquirindo aspectos, características que a foram tornando diversificada e por isso é comum que seja chamada de cidade ferroviária, cidade universitária, cidade militar, cidade cultura, entre outros.

Buscando compreender melhor essa denominação de cidade cultura, encontramos as palavras de Leonora Romano, que nos explica que desde seus primórdios Santa Maria conviveu com essa expressão, uma vez que já na época do acampamento da Comissão Demarcadora de Limites, havia entre os engenheiros portugueses um pequeno grupo com grandes habilidades técnicas e intelectuais (SANTA MARIA + TURISMO, 2023).

Mas para além disso, Romano comenta que a partir dos anos 1930 a cidade passou a estar mais ligada com a cultura, principalmente pelo fato de ter uma oferta de cultura erudita bem satisfatória considerando o tamanho da cidade e sua localização interiorana, então, através do surgimento do teatro e também dos cinemas na cidade, vivia-se, segundo Romano, uma “efervescência cultural”. Contudo, a expressão cidade cultura se consolidou de fato, quando da criação da primeira universidade pública, em 1960, ocorrendo então, um entrelaçamento dos conceitos de cultura e universidade (SANTA MARIA + TURISMO, 2023).

Pelo que podemos observar, a história da cidade é marcada por fases e acontecimentos que tiveram grande influência para sua construção e imagem que possui hoje. Todavia, sem deixar de lado a realidade, é preciso dizer que o grande conjunto patrimonial embora tenha perdurado ao longo do tempo e seja um importante meio de contar a história, também passou e ainda passa por casos de abandono, degradação, falta de valorização.

No entanto, pretendemos finalizar essa primeira parte falando sobre algumas ações que promovem um movimento contrário, isto é, buscam proporcionar a aproximação dos moradores com a cidade e os espaços de importância histórica e patrimonial. E dentre os atrativos que a cidade possui atualmente, principalmente no quesito histórico e patrimonial, podemos citar a Estação Ferroviária, a Vila Belga, a Avenida Rio Branco e sua Art Déco, Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, Praça Saldanha Marinho, Theatro Treze de Maio, Prédio da Antiga SUCV (Sociedade União dos Caixeiros Viajantes), Clube Caixeiral, entre outros. Ambos localizados no eixo urbano que foi se desenvolvendo a partir das atividades ferroviárias, como comentado anteriormente.

Além de alguns eventos anuais que trazem destaque para a cidade como por exemplo a Romaria Estadual da Medianeira, queremos comentar sobre um que ao nosso ver atua como oportunidade de estimular o turismo cidadão, é o caso do Brique da Vila Belga. O Brique acontece desde 2015 e foi criado a partir da iniciativa de um grupo de moradores, passando a ser financiado mais tarde pela Prefeitura, através da Lei de Incentivo à Cultura. O evento mensal busca reunir expositores, feirantes e pessoas envolvidas com a economia criativa.

Por ser realizado na própria Vila, ao atrair moradores para frequentar o local cria-se uma nova opção de lazer para os finais de semana, além do que, ações como essa passam a ressignificar os usos do espaços, nesse caso, colocando o morador em maior contato com o patrimônio histórico de sua cidade, fazendo com que o conheça, se sinta pertencente através da história e da cultura e com isso tenha despertado o senso de preservação e valorização.

Outro caso de grande relevância é o Distrito Criativo Centro-Gare, oficializado no ano de 2022 e que engloba em grande parte o “Centro Histórico da cidade e tem o propósito de transformar esse território com o fomento a iniciativas relacionadas à economia criativa” (SANTA MARIA + TURISMO, 2023). Há vários projetos de extensão inseridos no Distrito e que contemplam diversas áreas como a patrimonial, artística, arquitetônica, turística, tecnológica, entre outras, todos aliados à ideia de economia criativa e desenvolvimento sustentável.

Ações como essas possuem muitos pontos positivos no sentido de trabalhar com locais históricos, com patrimônios, propondo um movimento e envolvimento com espaços importantes da cidade. Trata-se de uma forma de valorização da história e também da memória, possibilitando que a cidade seja conhecida e experienciada por seus moradores e visitantes.

Por fim, é possível dizer que Santa Maria realmente se mostra uma “cidade cultura”, devido ao seu passado e formação que contou com muitos aspectos relevantes e contribuíram para construção do seu conjunto de bens patrimoniais e históricos. Atualmente, embora com desafios inseridos ao longo do processo de expansão, existem projetos, ações que se dedicam a cuidar detalhadamente desse passado e suas memórias, buscando preservá-las.

4.2 Exemplos de hostilidade na cidade e a desigualdade social

Embora detentora de uma bonita história de formação e possuindo uma grande diversidade de patrimônios culturais, Santa Maria não deixa de compartilhar algumas mazelas sociais comuns a maior parte das cidades, mostrando dessa forma em seu cotidiano, cenários que refletem diversos problemas, tais como desigualdade, pobreza, vulnerabilidade, entre outros.

Nosso foco é a hostilidade que permeia essas situações, principalmente quando há alguma intervenção hostil nos espaços da cidade. Desse modo, comentaremos sobre alguns exemplos, como forma de demonstrar não só a presença de hostilidade em épocas mais antigas e também atualmente, mas para trazer um contraste à história cultural e patrimonial, relacionado com a desigualdade social.

Essa correlação que estabelecemos entre demonstrações de hostilidade e a desigualdade social decorre do fato de que, como comentado no primeiro capítulo dessa dissertação, os principais atingidos pela arquitetura hostil são pessoas em situações de vulnerabilidade social e econômica, para quem os espaços da cidade são restringidos.

Nesse viés, a título de contextualização referente à população em situação de rua na cidade de Santa Maria, segundo reportagem de Maurício Araújo no jornal Diário, no ano de 2020 foram contabilizadas 156 pessoas nessa situação, número que aumentou para 203 em 2023. Dentre os fatores que contribuíram para isso, Araújo cita a pandemia de Covid-19 e suas consequências, que fez aumentar a presença de indivíduos em situação de rua, não só na cidade, mas em todo o país.

Com a presença e circulação desses moradores por vários espaços da cidade é comum que percebamos também modificações/intervenções em certos locais, artefatos e arquiteturas hostis que informam a essas pessoas que ali não são bem vindas. Práticas assim não estão somente ligadas a questão de hostilidade, mas também ao desejo de conservar uma imagem de cidade “limpa”.

A seguir trazemos algumas imagens que retratam as ocorrências mais comuns no cotidiano da cidade, que são as arquiteturas hostis discretas, geralmente em forma de ferragens e que são vistas em maior frequência instaladas em soleiras de vitrine. As fotografias 14 e 15 foram feitas no Calçadão Salvador Isaía, no centro de Santa Maria, local de grande circulação de pessoas, ponto turístico e de referência e mostram respectivamente arquitetura hostil em uma loja de calçados e em um shopping.

Figura 14- Arquitetura hostil em loja de calçados



Fonte: (autora, 2023).

Figura 15- Arquitetura hostil em shopping



Fonte: (autora, 2023).

Esses tipos de artefatos transmitem a ideia de restrição do espaço para descanso ou qualquer outra utilização.

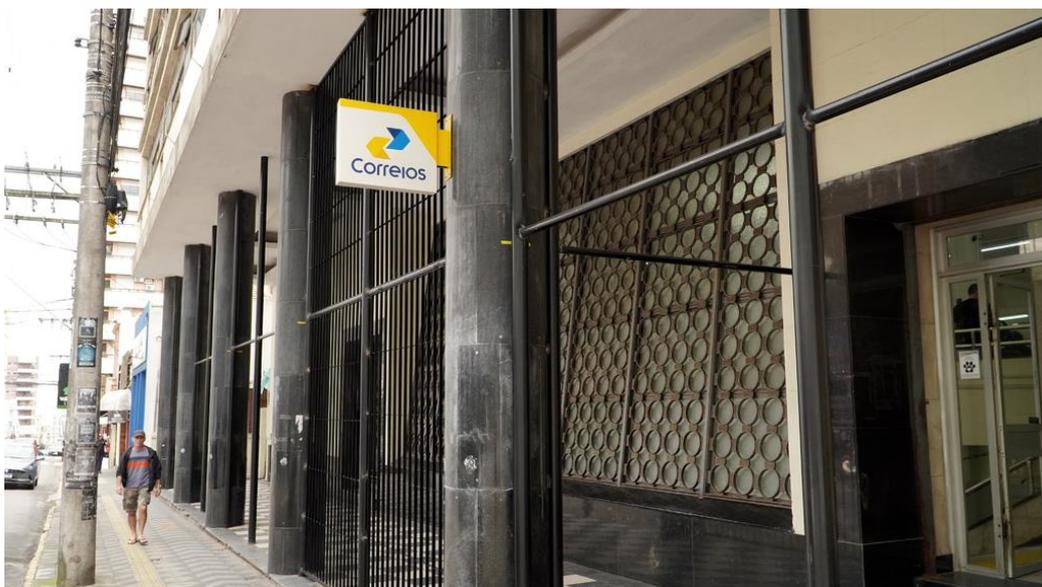
Como aponta Piccolli (2022, p.13), com relação aos indivíduos afetados pela hostilidade através da arquitetura, há diferentes proporções, sendo que “aqueles que pertencem a classes sociais favorecidas não são atingidos diretamente e de forma extrema como acontece aos indivíduos em situações de vulnerabilidade”. E como meio de exemplificar essa extremidade, temos o caso do cercamento do prédio da sede dos Correios, no centro de Santa Maria.

Localizado na Rua Venâncio Aires, o prédio possuía uma fachada aberta com grande espaço, que estava sendo utilizada como abrigo por alguns moradores de rua já há um bom tempo, no entanto, houve o início do cercamento da fachada com grades de ferro, obrigando com que estes indivíduos se retirassem do local (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2023).

Segundo a reportagem do jornal, a instituição informou que a ação de instalar as grades foi pensada com o objetivo de “garantir segurança e integridade dos clientes, trabalhadores e do imóvel”. Além disso, os moradores

do local vinham recebendo algumas ações de assistência por parte da prefeitura, através de encaminhamentos para suas cidades e/ou benefícios sociais, no entanto havia uma certa rotatividade de pessoas que iam para o local, mantendo-o sempre ocupado (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2023).

Figura 16- cercamento do prédio dos Correios



Fonte: (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2023).

O que podemos pensar a partir disso é que, existem os grupos sociais aos quais são direcionadas ações de hostilidade, inegavelmente. As justificativas podem variar e até mesmo os responsáveis, mas as pessoas afetadas não mudam. Cenários assim, nos revelam o quão longe e extremo pode ir os reflexos da desigualdade e o desejo de manter afastada toda imagem que a ela se remeta.

Para além da arquitetura hostil presente através de artefatos e outros elementos, podemos considerar como hostis algumas ações e/ou intervenções no espaço urbano, que atingem pessoas de outros grupos também desfavorecidos. No caso de Santa Maria, iremos trazer o exemplo que ocorreu no ano de 2010, quando houve a retirada do camelódromo que era instalado na Avenida Rio Branco.

Como nos conta Silva (2014), após a decadência do transporte ferroviário, a cidade e os seus espaços passaram a sofrer descaso e abandono, já não havendo mais o grande fluxo de circulação e comércio na área urbana próxima a ferrovia, incluindo principalmente a Avenida Rio Branco, no entanto, na década de 80 instalou-se ali um camelódromo, que foi importante para o setor de comércio, gerando emprego e renda.

Aproximadamente 20 anos mais tarde, em 2010, o camelódromo foi retirado da Avenida Rio Branco e transferido para o Shopping Independência localizado na Praça Saldanha Marinho, estando essa ação inserida em um projeto de revitalização da Avenida (SILVA, 2014).

Figura 17- camelódromo na Av. Rio Branco na década de 80



Fonte: (SILVA, 2014, p.17).

Embora não se possa dizer que houve retirada forçada ou ainda, que os camelôs não receberam uma nova estrutura para se alocar, é possível pensar que sob a ótica da revitalização do espaço, retirando o camelódromo haveria uma imagem mais “limpa” da Avenida. Ou seja, por mais que não tenha ocorrido uma ação de extrema hostilidade, entendemos que a intenção de retirar o

comércio informal de uma das principais avenidas da cidade pode ter ligação com querer eliminar certas aparências.

Através desses exemplos, pretendeu-se demonstrar a existência de intervenções que podem ser hostis em diversos níveis, sejam arquiteturas hostis, ações excludentes que muitas vezes são nomeadas como revitalização, entre outros, denotando modificações nos espaços urbanos, na forma como são utilizados e na experiência urbana das pessoas.

No próximo capítulo, será abordado somente sobre a arquitetura hostil presente na Avenida Rio Branco.

5 A AVENIDA RIO BRANCO, SUA ARQUITETURA HOSTIL E SEUS REFLEXOS

5.1 Um pouco da história

Como já vimos anteriormente, o trecho condizente com a atual Avenida Rio Branco teve seu desenvolvimento fortemente ligado a Estação Férrea, que proporcionou o surgimento de diferentes atividades comerciais ao longo da Avenida, tornando-a o centro do comércio santa-mariense na época.

De acordo com Silva (2014), o local possuiu outros nomes antes de se tornar Avenida Rio Branco. A autora nos conta que a Avenida já estava traçada na localidade que se chamava Capela de Santa Maria da Boca do Monte, no ano de 1817, recebendo seu primeiro nome que foi Rua General Pinto Bandeira, em 1819. Disso, passou para Avenida Coronel Valença em 1876, mesmo ano em que Vila de Santa Maria foi elevada à categoria de cidade e sendo o nome da Avenida uma homenagem ao primeiro Presidente da Câmara de Vereadores.

Com a presença da Estação Férrea, inaugurada em 1885 e as consequentes transformações ocorridas em suas proximidades, foi possível que aquele núcleo urbano se desenvolvesse muito positivamente, sobretudo na Avenida Rio Branco. Dessa forma, devido ao grande avanço que a cidade vivia,

a Avenida passou a se chamar Avenida Progresso, justificando o momento econômico (SILVA, 2014).

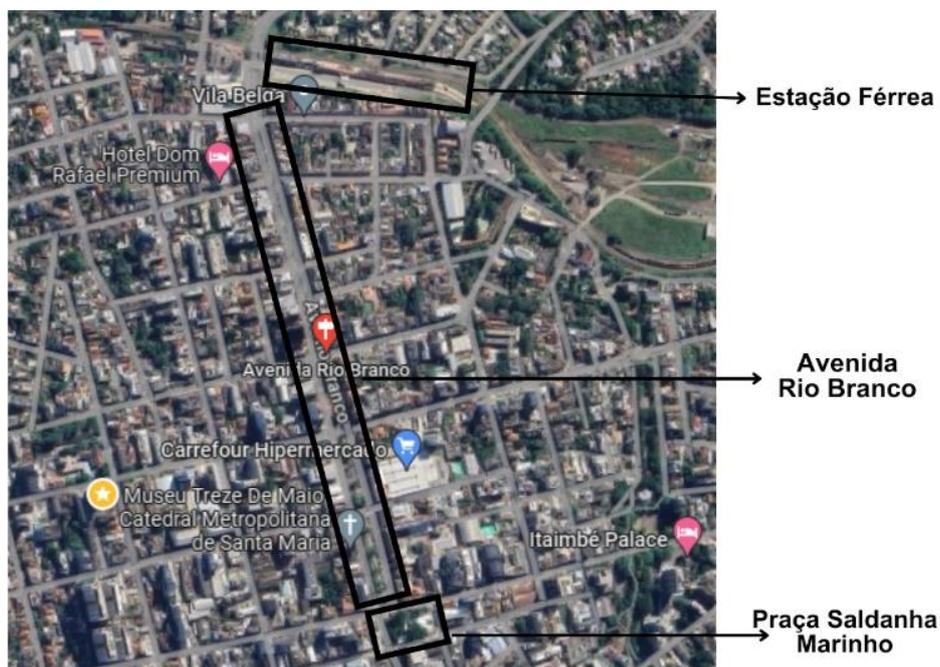
Todo esse prestígio possibilitou que a Avenida recebesse muitos investimentos de melhoria, em razão de sua importância para a cidade, como por exemplo o seu alongamento e duplicação até a estação férrea, em 1912 (SILVA, 2014). Nesse sentido, a Avenida foi se consolidando como um ponto de referência, ao passo que cresciam as atividades comerciais, novas construções tanto para moradia como para novos estabelecimentos e o aumento da circulação de pessoas pelo local.

Percebe-se que aos poucos foram surgindo novas formas de utilizar a Avenida, possibilitando novas experiências urbanas. Como descreve Silva (2014), com a inauguração da Catedral Diocesana em 1909, houve início de peregrinações e orações, que perduram até hoje com a Romaria Estadual da Medianeira e outros eventos. Além disso:

Na Avenida Rio Branco também eram realizadas passeatas cívicas, desfiles de carnaval, carreatas, desfiles da Independência do Brasil, manifestações de grevistas, enfim, era o ponto de encontro de grande parte da população da cidade. Era o local onde as pessoas se reuniam para discutir política, assuntos da cidade e praticar o footing (SILVA, 2014, p.15).

Ou seja, a Avenida Rio Branco guarda muitas memórias do tempo de crescimento da cidade, do surgimento de atividades comerciais diversificadas, da construção de importantes prédios que viriam com o tempo se tornar patrimônios, além disso, o local atuou como ponto de referência de sociabilidade, reunindo a população para diversos fins. Na ilustração a seguir (figura 18), vemos a disposição territorial da Avenida Rio Branco, que compreende um eixo de ligação entre a Praça Saldanha Marinho e a Estação Férrea.

Figura 18- Localização da Avenida Rio Branco



Fonte: (Google Maps adaptado, 2023).

Com relação a busca por preservação e valorização do conjunto patrimonial que compõem a Avenida, desde dos anos 2000 vem sendo feitas ações que visam o resgate histórico e econômico, como reformas de edificações e novos usos dados a elas. Podemos citar a recuperação de prédios como o do Hotel Dom Rafael, agência do Sicredi, antigo Hotel Glória, Colégio Hugo Taylor, além disso, a recuperação e revitalização da Estação Férrea e da Vila Belga, a conclusão da obra do edifício Galeria Rio Branco anunciada para 2026, a reforma em andamento da Praça Saldanha Marinho (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2023).

Portanto, o passado histórico de Santa Maria possui grandes bases na área territorial que hoje conhecemos como Avenida Rio Branco, sendo que a mesma se consolidou como ponto de referência, acompanhou os tempos de glória da ferrovia, formou um belo conjunto arquitetônico patrimonial, sofreu ações de descuido, abandono mas aos poucos vem resgatando novamente sua importância histórica e cultural.

Por esses motivos, para realizar a pesquisa de campo que contempla o objetivo geral desta dissertação, foi escolhida a Avenida Rio Branco no centro da cidade de Santa Maria como recorte espacial.

5.2 Arquitetura hostil

Em razão do quão significativa foi a Avenida Rio Branco no processo de expansão da cidade desde sua origem, bem como o potencial turístico encontrado em seus patrimônios edificados, que denotam a cultura de épocas passadas, a mesma foi escolhida para realização da pesquisa de campo que norteia essa dissertação, com o objetivo de analisar as manifestações de arquitetura hostil nesse trecho urbano. Desse modo, realizou-se observação sistemática para identificar as ocorrências.

A área estudada compreende, portanto, a Avenida Rio Branco em seus dois lados, desde as esquinas com a Rua Venâncio Aires ao sul, até as esquinas com a Rua Manuel Ribas ao norte. Como delimitação para o mapeamento da arquitetura hostil, decidiu-se pesquisar apenas por ferragens, incluindo todas as suas variações e priorizando averiguar essas intervenções hostis nos prédios históricos.

Desse modo a pesquisa de campo foi realizada no dia 31 de dezembro de 2023, os exemplos de arquitetura hostil encontrados foram fotografados e a seguir serão expostos, juntamente com uma análise e comentários. Para organizar o conteúdo, utilizou-se da nomeação de **pontos**.

Partindo do lado direito da Avenida Rio Branco, no sentido sul norte, a primeira arquitetura hostil identificada, o **ponto 1**, foi no prédio da SUCV (Sociedade União dos Caixeiros Viajantes), o qual foi inaugurado em 20 de setembro de 1926 segundo Silva (2014) e onde também foi instalado o primeiro elevador da cidade. A principal finalidade da fundação dessa Sociedade era defender os interesses da classe (caixeiros viajantes).

A arquitetura hostil que podemos observar neste edifício são ferragens instaladas nas soleiras das vitrines, onde atualmente funciona uma farmácia. Esses elementos são os mais comuns de serem identificados nas cidades e as variações de formato e tamanho são muitas, por serem discretos dificilmente chamam a atenção dos olhos, acabando por se camuflar em meio a paisagem.

Figura 19- Arquitetura hostil no prédio da SUCV



Fonte: (autora, 2023).

Não se pode afirmar que a instalação dessas ferragens cause uma descaracterização completa do edifício, pois olhando por completo entende-se como detalhes, mas que não deixam de ser uma modificação, uma intervenção sobre a obra original. É possível dizer que muito provavelmente a presença de um estabelecimento comercial no andar térreo tenha vindo a suscitar o projeto de instalar tais ferragens nas soleiras das vitrines, embora não saibamos responder em que momento foram instaladas e qual estabelecimento ali existia.

Adiante, a poucos passos desse edifício identificamos a segunda arquitetura hostil, o **ponto 2**, na Igreja Episcopal Brasileira.

Figura 20- Arquitetura hostil na Igreja Episcopal Brasileira

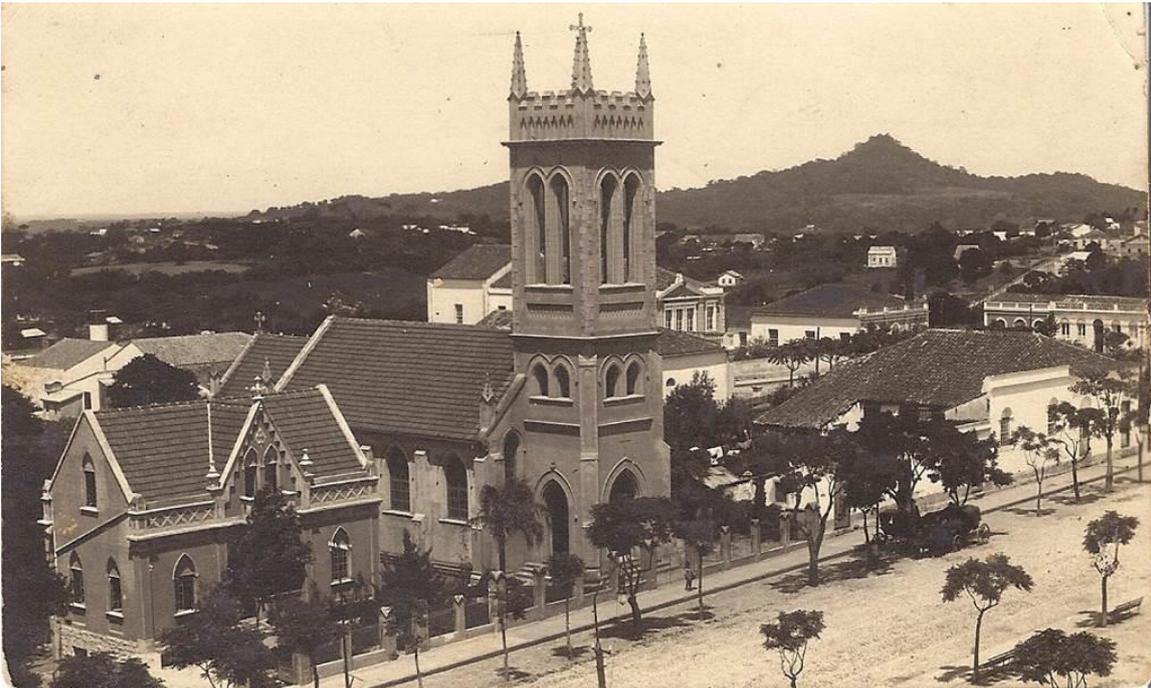


Fonte: (autora, 2023).

Nesse caso, entendemos o fechamento da frente da Igreja com portões de ferro como uma forma de restringir o acesso a moradores de rua, que é uma cena comum em outros locais e igrejas da cidade. Também, a instalação dessa barreira entre a construção e a rua nos remete ao ponto abordado por Cademartori, Stumpf e Gross (2022) de que, em razão do medo exacerbado da violência e do crime que enfrentamos na sociedade contemporânea, nem mesmo em templos religiosos não podemos nos sentir seguros dos “perigos mundanos” (p.5).

É interessante observar que, se voltarmos ao passado, em 1914, vemos que naquela época já havia um cercamento em frente à Igreja. É isso que nos mostra Silva (2014) a partir de uma fotografia encontrada no acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, em Santa Maria.

Figura 21- Igreja Episcopal Brasileira em 1914



Fonte: (SILVA, 2014, p.11).

Quando se trata de grades de ferro, portões, cercamento de propriedades privadas ou estabelecimentos comerciais, está implícita a ideia de busca por segurança, manter o crime afastado etc. Quando vemos o mesmo em Igrejas, não negamos o fato de que exista criminalidade também nesses espaços, mas o ponto que podemos analisar é que ao utilizar dessas arquiteturas hostis, além de afastar pessoas em vulnerabilidade que buscariam abrigo, também poderiam ser questionado alguns princípios religiosos.

O próximo exemplo de arquitetura hostil que iremos apresentar, o **ponto 3**, foi identificado no prédio da antiga Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, onde atualmente está instalado o hipermercado Carrefour. Trata-se de um portão que fica em uma das entradas do estabelecimento. Logicamente entendemos que elementos como esse são pensados para proteger e preservar o espaço e também como uma forma de comunicação de que o estabelecimento está aberto ou fechado. Mas o ponto onde podemos considerar a hostilidade disso, está na ideia imbricada por trás de todas as formas de delimitação de espaço, que seria restringir o acesso.

Figura 22- Arquitetura Hostil na antiga Escola de Artes e Ofícios



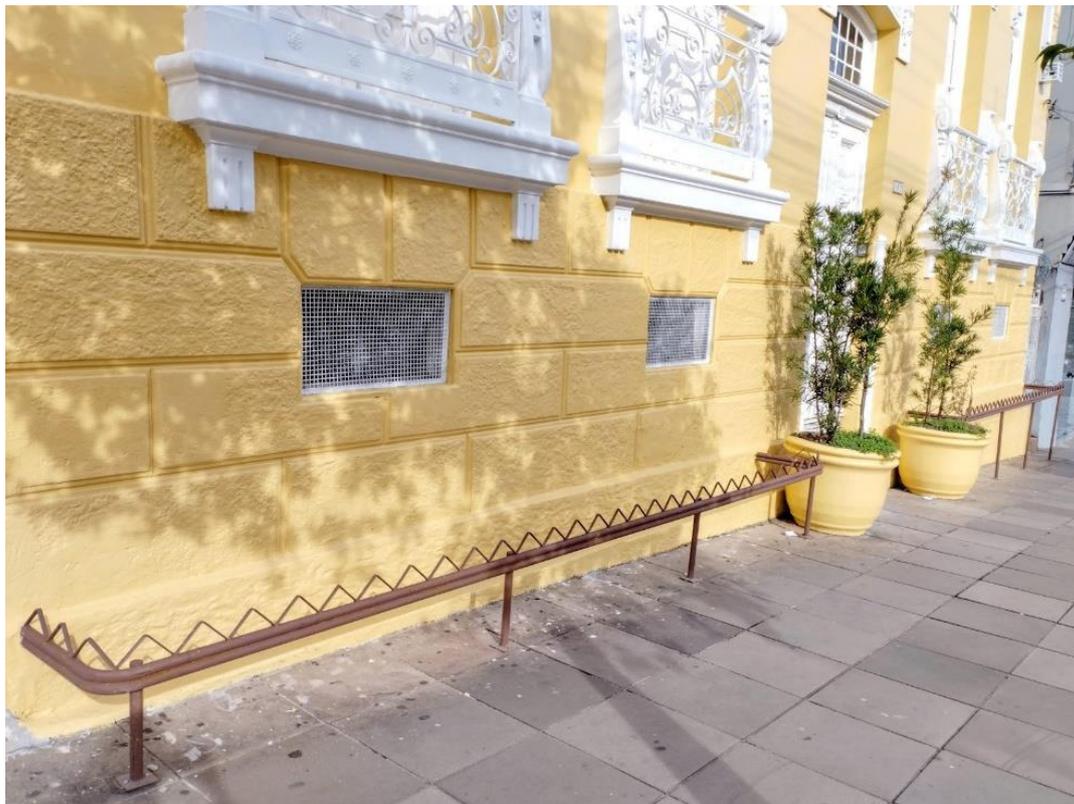
Fonte: (autora, 2023).

É possível dizer que por se tratar de um espaço privado, essa ideia de restrição não faça tanto sentido, como faria se fosse um elemento hostil em um espaço público, no entanto, mesmo assim escolhemos mostrar esse exemplo, pensando na possibilidade de que talvez esse portão não estivesse ali desde a construção do prédio, mas que foi incorporado mais tarde como consequência, possivelmente, do medo ao crime e a busca por segurança.

A Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor foi inaugurada em 1922, com o objetivo de oferecer ensino técnico aos filhos dos ferroviários. Em 1986 foi desativada e recebeu alguns outros estabelecimentos comerciais antes de se estabelecer o Carrefour em 2007 (SILVA, 2014).

Por fim, o **ponto 4** e último exemplo, foi identificado no lado direito da Avenida Rio Branco, no sentido norte sul, da Gare em direção à Praça. A arquitetura hostil diz respeito a ferragens fixadas em frente ao prédio nº 683 e que transmitem a mensagem de que não é permitido se recostar na parede.

Figura 23- Arquitetura hostil no prédio nº 683



Fonte: (autora, 2023).

Por se tratar de uma construção histórica, entendemos que tal medida pode ter sido motivada pensando na preservação da obra, contudo, não se deixa de observar a presença de uma intervenção hostil. Não foi possível encontrar material que falasse da história dessa construção, ou a que família pertenceu, no entanto, há um decreto municipal do mês de setembro de 2022, que a torna como Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

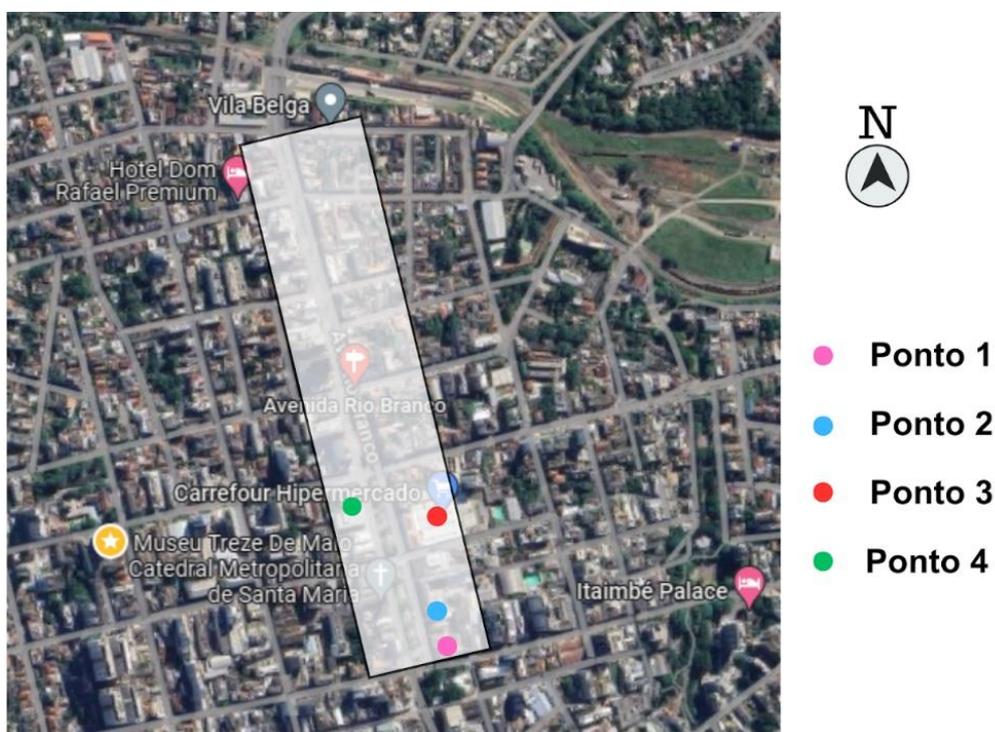
Desse modo, entendemos que o acervo histórico e arquitetônico presente na Avenida Rio Branco diz muito sobre o passado ferroviário que a cidade vivenciou e por essa razão, o potencial turístico desta área pode gerar bons frutos se bem explorado e gerido, tanto pensando no turismo receptivo como também no turismo cidadão.

Com relação a arquitetura hostil, podemos observar que sua incidência sobre essas edificações históricas não é tão acentuada quando comparada com sua presença em outros locais. Nestes quatro exemplos que abordamos, observa-se a discrição dos elementos e ainda, conforme o ponto de vista, talvez

seja possível dizer que portões ou cercamento não se enquadrem como elementos hostis. No entanto, relembramos que nossa abordagem é sobre todo elemento que possua a ideia de restrição, delimitação de acesso, tudo que possa ser entendido como uma barreira.

Dessa forma, considerando o recorte de área de pesquisa e os critérios que utilizamos para a investigação, os resultados se mostraram menores em quantidade do que se esperava, sendo identificados então, somente 4 exemplos de arquitetura hostil em edificações patrimoniais. O mapa a seguir, ilustra a localização desses pontos.

Figura 24- pontos de Arquitetura hostil na Avenida Rio Branco



Fonte: (Google Maps adaptado, 2024).

6 PRODUTO: FOLDER SOBRE ARQUITETURA HOSTIL

Por fim, toda a pesquisa realizada, tanto a bibliográfica como a de campo, serviu de inspiração para a elaboração do produto final, que se trata de um folder com conteúdo referente à arquitetura hostil e com exemplos da mesma em Santa Maria (RS). Esse produto visa reunir informações sobre o assunto de forma explicativa e exemplificá-lo, buscando chamar a atenção para a hostilidade e restrições nos espaços que na maioria das vezes não é percebida ou questionada, sendo aceita como parte integrante natural da paisagem.

Tem-se por intuito, que esse material seja direcionado em um primeiro momento para setores responsáveis pela gestão e organização da cidade, isto é, autoridades que podem atuar de forma efetiva nas mudanças pertinentes ao espaço público e que, através desse material possam incluir a pauta da arquitetura hostil em seus trabalhos e planejamentos.

O folder é um material impresso utilizado para divulgação de empresas, produtos ou serviços, e também pode ser utilizado como informativo. O folder não possui um formato padrão definido, podendo ter tamanhos e formatos variáveis, além de incluir dobras verticais ou horizontais. A palavra vem do inglês “fold”, que significa “dobra”.³

Ou seja, optou-se por esse design considerando o conteúdo que se pretende expor, que serão textos explicativos e imagens exemplificadoras. Com relação às proporções do folder, ele possui altura de 15cm e comprimento de 44cm aberto, já dobrado as medidas ficam 15cm de altura e 10,91cm de largura. As páginas totalizam o número de quatro, tendo conteúdo em ambos os lados e o papel escolhido pra confecção foi o couchê 120g, comumente utilizado na impressão de folders. O processo de design, as fontes, as cores e a distribuição dos elementos visuais foi pensado buscando transmitir uma seriedade sobre o assunto, uma vez que a intenção é apresentar o tema arquitetura hostil, mostrar exemplos e despertar o olhar para a observar os espaços que nos cercam.

³ <https://www.futuraexpress.com.br/blog/o-que-e-folder/>

Assim, a seguir apresenta-se o projeto de design visto de forma completa, no sentido frente e verso:

Figura 25- Folder sobre arquitetura hostil



Fonte: (autora, 2024).

Comentaremos sobre cada uma das páginas, como forma de dar atenção ao processo de criação. Com relação ao conteúdo proposto para o material, o mesmo foi pensado de forma a ser de fácil entendimento para público em geral. Desse modo, a capa pretende ser simples e chamar a atenção para o tema e a quarta capa menciona o contexto de desenvolvimento do produto, tal seja, o Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural.

Figura 26- Capa do folder



Fonte: (autora, 2024).

Figura 27- Quarta capa do folder

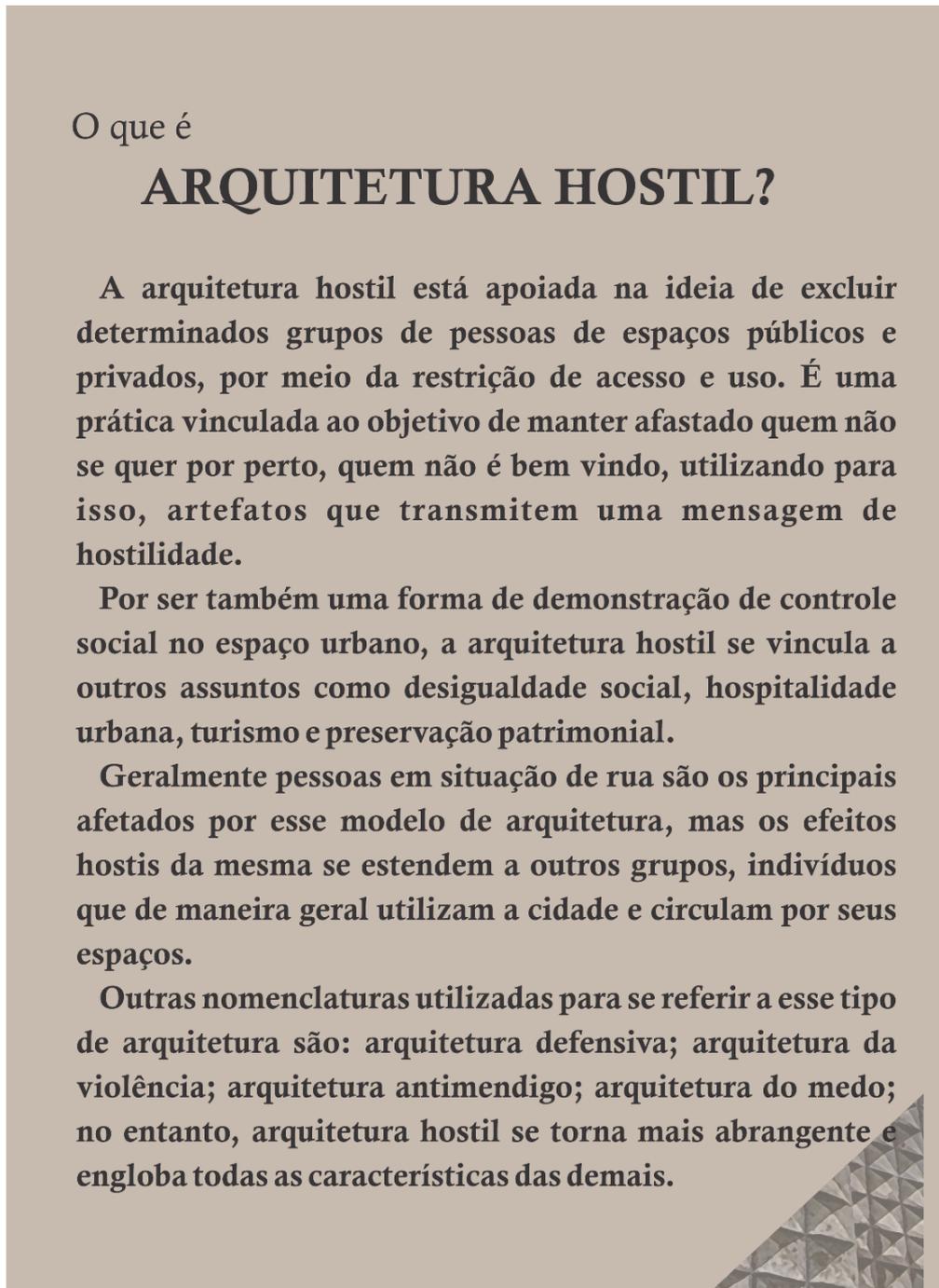


Fonte: (autora, 2024).

Já na primeira parte interna é onde está a contextualização sobre o conceito de arquitetura hostil, explicado de forma sucinta e clara. Além disso, se fala também sobre as principais formas de materialização desse modelo de

arquitetura. Assim, ao fazer a primeira abertura do folder, o leitor encontra as seguintes páginas.

Figura 28- Parte textual do folder



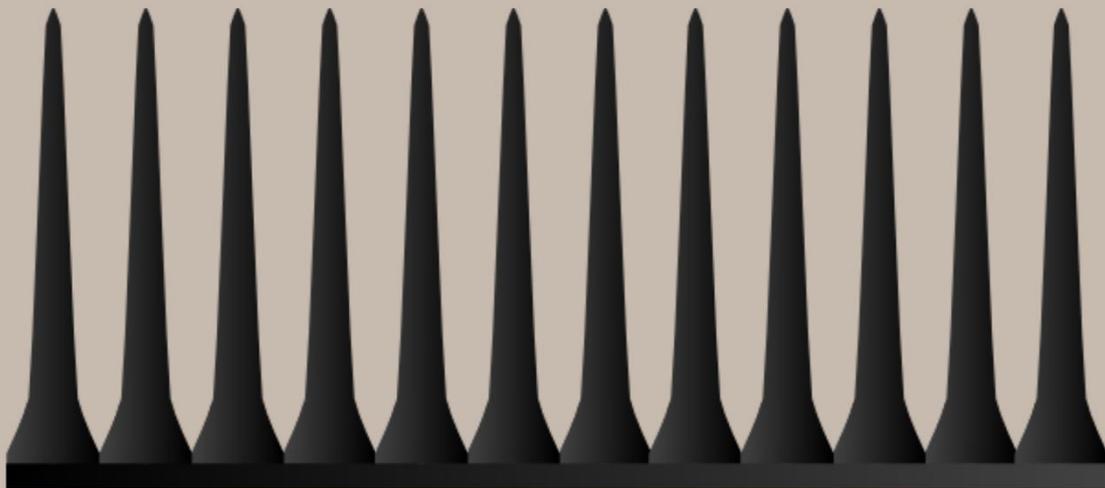
Fonte: (autora, 2024).

Figura 29- Parte textual do folder

Como é a

ARQUITETURA HOSTIL?

As formas de materialização da arquitetura hostil são bem variadas, mas sua principal característica é o design diferenciado e desconfortável, tanto aos olhos quanto ao corpo, sendo que as variações vão do discreto ao bem explícito. Os exemplos mais comuns de observarmos nas cidades são ferragens instaladas em espaços ociosos, bancos com design irregular, plantas espinhosas, pedregulhos sob viadutos ou espaços vazios, entre outros.



Fonte: (autora, 2024).

Na parte interna do folder foram inseridos exemplos da materialização da arquitetura hostil presentes em Santa Maria, considerando alguns elementos identificados na Avenida Rio Branco como também em outras partes da cidade.

As fotografias foram anexadas e junto delas feito uma descrição sobre o elemento hostil e a localização. A intenção é demonstrar a presença de um artefato hostil que na maioria das vezes já está naturalizado na paisagem urbana e nas nossas visões, buscando repassar a ideia também de que a inserção de tais elementos, pode estar ligada a questões sociais, urbanas e patrimoniais.

Optou-se por não se restringir somente aos exemplares da Avenida Rio Branco, por entender que são poucos, de modo que o folder poderia abranger mais conteúdo se utilizássemos fotografias de outros pontos da cidade.

Assim, a parte interna do folder reúne as seguintes páginas:

Figura 30- Parte ilustrativa do folder

Arquiteturas hostis em Santa Maria (RS)



Ferragens e pedras em Shopping na Avenida Nossa Senhora das Dores.



Ferragens na soleira de vitrine em Shopping no Calçadão Salvador Isaía.



Grades de ferro na sede dos Correios na Rua Venâncio Aires.



Ferragens em banco na Avenida Rio Branco.

Fonte: (autora, 2024).

Figura 31-Parte ilustrativa do folder



Ferragens fixadas na soleira de vitrine de uma farmácia,
no Prédio da antiga SUCV , na Avenida Rio Branco.

Fonte: (autora, 2024).

Figura 32- Parte ilustrativa do folder



Ferragens fixadas na fachada de um prédio histórico na Avenida Rio Branco.

Fonte: (autora, 2024).

Figura 33- Parte ilustrativa do folder



Portões de ferro fechando a entrada da Igreja Nossa Senhora das Dores, na Avenida Nossa Senhora das Dores.

Fonte: (autora, 2024).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral a pesquisa se desenvolveu de forma satisfatória, considerando alguns obstáculos encontrados na busca por referencial teórico sobre o tema arquitetura hostil, uma vez que os estudos e as pesquisas acadêmicas sobre o mesmo passaram a se desenvolver recentemente. Com relação aos materiais e métodos escolhidos, estes atenderam bem aos objetivos propostos na pesquisa. O objetivo geral que era mapear e analisar as manifestações de arquitetura hostil presentes na Avenida Rio Branco na cidade de Santa Maria- RS, associadas ao patrimônio material, foi alcançado, de modo que o resultado foi a identificação de 4 pontos, onde havia a presença de arquitetura hostil em prédios históricos.

Embora sejam poucos, foi possível verificar essa existência, destacando dessa forma, a visão positiva de que, as edificações patrimoniais até o momento não estão sendo alvo constante da inserção de elementos hostis, como ocorre em outros espaços e construções da cidade, muito provavelmente pela proteção que recebem em razão de alguns serem tombados, o que torna ações de modificação ou interferência em sua estrutura mais difíceis.

Com relação aos exemplos de arquitetura hostil em outros locais da cidade de Santa Maria, é possível dizer que estes se apresentam de forma mais enfática, estando inseridos em diferentes espaços, construções, estabelecimentos e sob várias formas de materialização. No entanto, não é possível apontar que a presença dessas arquiteturas hostis interfere drasticamente na rotina dos cidadãos, exceto, claro, nos casos onde há uma consequente expulsão de pessoas em situação de rua de locais onde se abrigavam.

Aos demais indivíduos, pode-se dizer que estes não percebem e/ou questionam a presença de elementos agressivos, hostis, muito provavelmente por não se sentirem hostilizados, desconfortáveis ou por não terem conhecimento sobre a arquitetura hostil. Aponta-se também que os prédios e espaços onde há inserção de elementos hostis, contam apenas com

modificações estéticas, não havendo uma mudança significativa em sua funcionalidade.

Portanto, a arquitetura hostil faz parte da paisagem urbana de Santa Maria, estando espalhada em diversos pontos, além do que, ações excludentes e hostis não são recentes, mas já acontecem há um bom tempo. Desse modo, foi possível perceber o desenvolvimento de uma “cidade cultura”, marcada pela presença da ferrovia, glamour arquitetônico e patrimonial, mas que ao mesmo tempo compartilha de problemas sociais, desigualdade e hostilidade em seus espaços.

Por fim, o produto elaborado, busca sintetizar uma explicação inicial sobre o que é arquitetura hostil e como ela pode ser observada. O Folder sobre arquitetura hostil traz através de texto e imagens, uma apresentação do tema para aqueles que nunca ouviram sobre. Acreditamos que por meio disso, seria possível sensibilizar o olhar dos indivíduos para os espaços que os cercam, a fim de que possam questionar e pensar a respeito, mesmo que não se sintam afetados por esse modelo de arquitetura.

A hostilização dos espaços, pode aos poucos transformar sua dinâmica de uso, afetando conseqüentemente na relação entre moradores e cidade, de modo que, práticas como o Turismo Cidadão pode contribuir para aproximar o morador de sua história e seus patrimônios. Através do que, seja possível tornar sua percepção mais sensível para coisas que foram sendo inseridas e normalizadas no ambiente com o passar do tempo, como a arquitetura hostil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carina V. **Conceito de Turista Cidadão na Ação Viva o Centro a Pé em Porto Alegre**. Anais do VII seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul, 2012.

AGÊNCIA SENADO. **Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada> . Acesso em: 10 nov. 2022.

ALVARENGA, Jéssica C. F. de; BONINI, Luci M. de M; PRADOS, Rosália M. N. **Semiótica da cidade hostil**. Revista Diálogos Interdisciplinares 2019 VOL. 8 N° 4 - ISSN 2317-3793.

ANDRADE, Patrícia A. de. **Quando o Design Exclui o Outro: Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa-PB**. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CADEMARTORI, Daniela M. L de; STUMPF, Glauce; GROSS, Jacson. **Insensibilidade e estranhamento nas cidades: o poder simbólico da arquitetura hostil**. Educação por escrito, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-11, jan-dez. 2022 e-ISSN: 2179-8435.

CINTRA, Claudia M. **A arquitetura e a qualificação do espaço público: arquitetura hostil e um estudo de caso no Bairro da Saúde**. FAU USP, 2019.

COX, Elisa P; COX, Maria I. P. **Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social**. Linguagem, UFSCAR - SP, v. 24 (1): 2015.

CRUZ, Talita. **O que é Arquitetura Hostil? Conheça 17 exemplos impactantes**. Viva Decora, 2022. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura-hostil/> . Acesso em: 10 out. 2022.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Aumenta o número de pessoas em situação de rua em Santa Maria**. 2023. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/aumenta_o_numero_de_pessoas_em_situacao_de_rua_em_santa_maria.510472 Acesso em: 22 dez. 2023.

_____. **Grades são instaladas na sede dos Correios de Santa Maria; local costumava ser ocupado por pessoas em situação de rua**. 2023. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/grades_sao_instaladas_na_sede_dos_correios_de_santa_maria_local_costumava_ser_ocupado_por_pessoas_em_situacao_de_rua.554318 Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. **Ícone da cidade, Avenida Rio Branco vive retomada.** Edição nº 6.676, pg.4. Santa Maria, 30 dez. 2023.

DIAS, Shayenne B.; JESUS, Cláudio R. de. **Cidade Hostil.** Revista GEOgrafias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019.

FARIA, Débora R. **Da generosidade à hostilidade: arquitetura hostil nas galerias da Avenida Sete de Setembro.** In ROSANELI, Alessandro F. (org.) Olhares pelo espaço público. P. 223 - 250. Curitiba, 2019.

FERRAZ, S. M. T.; BENAYON, J. S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS, L. G. C.; MENDONÇA, P. R. C. C. de. **Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana.** Movimento Revista de Educação, 2015.

FERRAZ, S. M. T.; FURLONI, C. B.; MADEIRA, C. S.; CABRAL, F. de M. C. **Arquitetura da violência: os custos sociais da segurança privada.** XI Encontro Nacional da ANPUR, Bahia, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cidade cria arquitetura antimendigo.** São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/04/cotidiano/2.html#:~:text=Paulo%20%2D%20Cidade%20cria%20arquitetura%20antimendigo%20%2D%204%2F9%2F1994&text=O%20crescimento%20do%20n%C3%BAmero%20de,surgir%20uma%20arquitetura%20%22antimendigo%22>. Acesso em: 10 out. 2022.

GEPP, Debora. **Diversidade e Inclusão: de quem estamos falando?** 2022. Disponível em: <https://thinkworklab.com/artigos/diversidade-inclusao-de-quem-estamos-falando/> Acesso em: 27 dez. 2023.

G1 SÃO PAULO. **Governo federal regulamenta Lei Padre Júlio Lancellotti e confirma canal de denúncias para 'arquitetura hostil'.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/11/governo-federal-regulamenta-lei-padre-julio-lancellotti-e-confirma-canal-de-denuncias-para-arquitetura-hostil.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

G1 SÃO PAULO. **Padre Júlio Lancelotti quebra a marretadas pedras instaladas pela Prefeitura sob viadutos de SP.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancelotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Maria/ Rio Grande do Sul.** IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em 13 dez. 2023.

LIMA, Mariana. **O que é a arquitetura hostil nas cidades?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/arquitetura-hostil-nas-cidades/> Acesso em: 11 nov. 2023.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana.** Tese de Doutorado, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Elimar P. do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.** In BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2003.

PEIXOTO, Elaine L. **Arquitetura hostil em destinações turísticas.** Paraná: 14º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2020.

PICCOLLI, Dailza Fiuza. **Arquitetura Hostil e Turismo:** uma investigação sobre a existência de hostilidade através da arquitetura em espaços urbanos de Santa Maria (RS). Trabalho de Conclusão de Curso. UFSM, 2022.

PORTO, Manuela L. **Arquitetura da exclusão em espaços livres de São Paulo:** um estudo sobre as novas dinâmicas espaciais e sociais no centro. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 2019.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 13ª ed. Editora Perspectiva. São Paulo, 2014.

ROSS, Sarah. **Archisuits. Art+Research,** 2005. Disponível em: <https://insecurespaces.net/archisuits.html> . Acesso em: 07 jan. 2023.

SANTA MARIA + TURISMO. **Histórico.** Disponível em: <http://www.santamariaturismo.com.br/index.php/pt/a-cidade/historico> Acesso em: 14 dez. 2023.

_____. **Santa Maria da Boca do Monte.** Disponível em: <https://santamariaemconser.wixsite.com/santamariaemconserva/santa-maria-da-boca-do-monte> Acesso em: 15 dez. 2023.

SEBRAE. **O que é Economia Criativa.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-economia-criativa,3fbb5edae79e6410VgnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=Economia%20Criativa%20%C3%A9%20um%20termo,gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalho%20e%20renda..> Acesso em: 17 dez. 2023.

SOUZA, E.; PEREIRA, M. **Arquitetura hostil:** A cidade é para todos? ArchDailyBrasil, 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>. Acesso em: 03 out. 2022.

VELLE, Leonardo. **O que é aporofobia e como combatê-la?** Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-aporofobia-e-como-combate-la/> . Acesso em: 10 out. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO: FOLDER SOBRE ARQUITETURA HOSTIL





ARQUITETURA HOSTIL



Autor: Dailza Fiuza Piccolli

Orientador: Gilvan Odival Veiga Dockhorn

O que é

ARQUITETURA HOSTIL?

A arquitetura hostil está apoiada na ideia de excluir determinados grupos de pessoas de espaços públicos e privados, por meio da restrição de acesso e uso. É uma prática vinculada ao objetivo de manter afastado quem não se quer por perto, quem não é bem vindo, utilizando para isso, artefatos que transmitem uma mensagem de hostilidade.

Por ser também uma forma de demonstração de controle social no espaço urbano, a arquitetura hostil se vincula a outros assuntos como desigualdade social, hospitalidade urbana, turismo e preservação patrimonial.

Geralmente pessoas em situação de rua são os principais afetados por esse modelo de arquitetura, mas os efeitos hostis da mesma se estendem a outros grupos, indivíduos que de maneira geral utilizam a cidade e circulam por seus espaços.

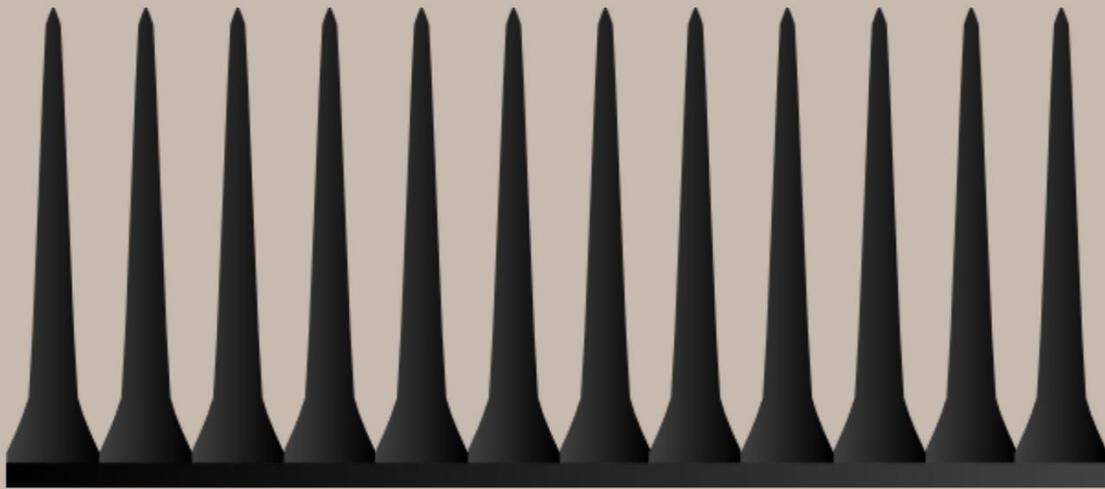
Outras nomenclaturas utilizadas para se referir a esse tipo de arquitetura são: arquitetura defensiva; arquitetura da violência; arquitetura antimendigo; arquitetura do medo; no entanto, arquitetura hostil se torna mais abrangente e engloba todas as características das demais.



Como é a

ARQUITETURA HOSTIL?

As formas de materialização da arquitetura hostil são bem variadas, mas sua principal característica é o design diferenciado e desconfortável, tanto aos olhos quanto ao corpo, sendo que as variações vão do discreto ao bem explícito. Os exemplos mais comuns de observarmos nas cidades são ferragens instaladas em espaços ociosos, bancos com design irregular, plantas espinhosas, pedregulhos sob viadutos ou espaços vazios, entre outros.



Arquiteturas hostis em Santa Maria (RS)



Ferragens e pedras em Shopping na Avenida Nossa Senhora das Dores.



Ferragens na soleira de vitrine em Shopping no Calçadão Salvador Isaía.



Grades de ferro na sede dos Correios na Rua Venâncio Aires.



Ferragens em banco na Avenida Rio Branco.



Ferragens fixadas na fachada de um prédio histórico na Avenida Rio Branco.



Ferragens fixadas na soleira de vitrine de uma farmácia,
no Prédio da antiga SUCV , na Avenida Rio Branco.



Portões de ferro fechando a entrada da Igreja Nossa Senhora das Dores, na Avenida Nossa Senhora das Dores.

Este material foi desenvolvido a partir da dissertação de Mestrado intitulada "Arquitetura Hostil em Santa Maria: do patrimônio material à desigualdade social", no âmbito do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria

